



Plano  
Estratég  
ico  
2021\_2  
026



# **Plano Estratégico 2021\_2026**

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

**1º Trimestre de 2025**

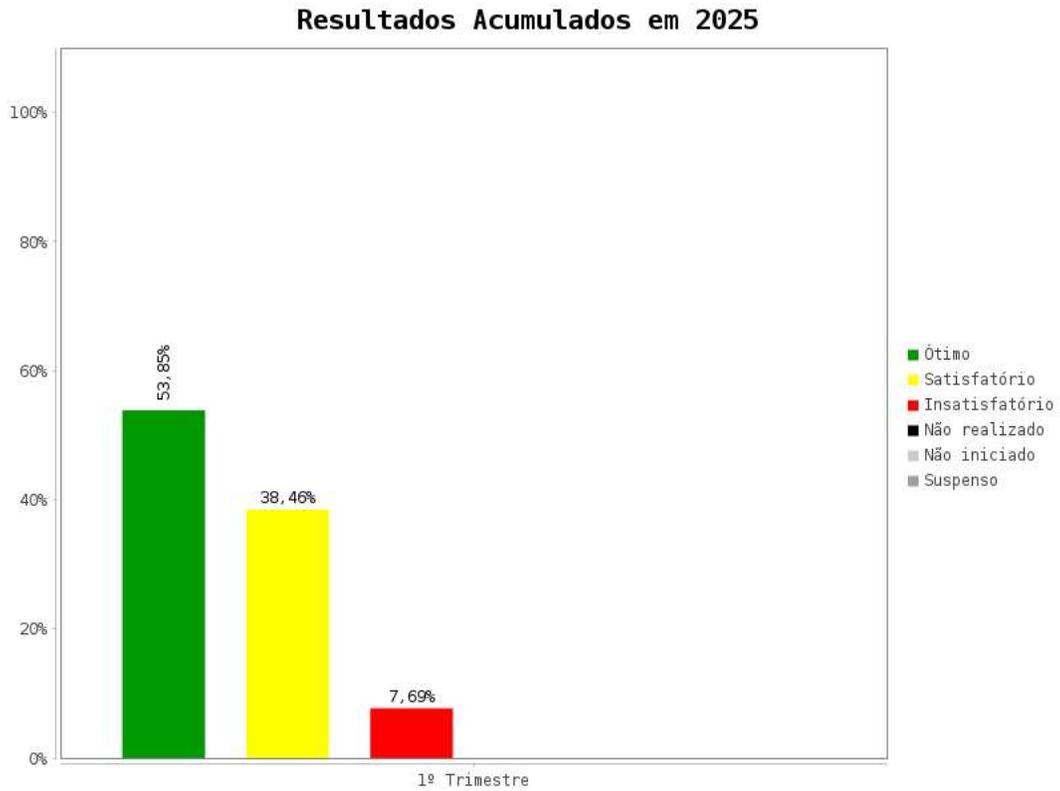
## 1. Mapa Geral

### Plano Estratégico 2021\_2026

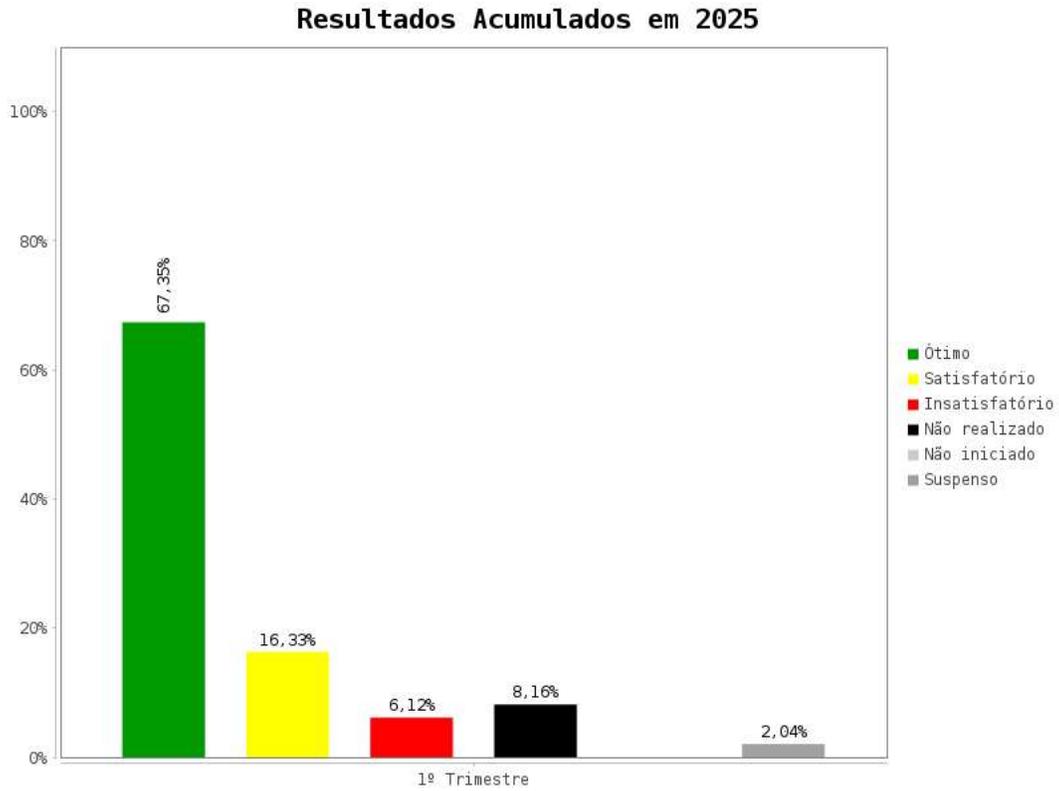
Sociedade	Garantir dos direitos da cidadania		
	64,15%		
Processos Internos		Combater os ilícitos eleitorais	Aprimorar a gestão administrativa e a governança institucional
		50,00%	75,50%
Recursos	Aprimorar a gestão de pessoas na era da transformação	Aprimorar a gestão orçamentária e financeira	
	50,61%	78,13%	

## 2. Evolução Qualitativa dos Desempenhos por Trimestre

### 2.1. Objetivos Estratégicos



## 2.2. Indicadores Estratégicos



### 3. Resultados 1º Trimestre de 2025.

Nome	Resultado	Meta	Peso	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
Plano Estratégico 2021_2026				80,48%	Ótimo
OE 01 - Garantir dos direitos da cidadania				64,15%	Satisfatório
IE 01 - Taxa de cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário	41,70%	65,00%	1	64,15%	Satisfatório
OE 02 - Fortalecer a relação institucional com a Sociedade				99,25%	Ótimo
IE 02 - Taxa de satisfação do cliente externo do tribunal regional eleitoral do rio de janeiro	92,89%	61,25%	1	152,00%	Ótimo
IE 03 - Taxa de satisfação do público externo com os canais de comunicação	95,69%	85,00%	1	112,58%	Ótimo
IE 04 - Taxa de Atendimento no Prazo das Demandas Recebidas da Ouvidoria	93,19%	95,00%	1	98,09%	Ótimo
IE 05 - Índice da Transparência	98,91%	100,00%	1	98,91%	Ótimo
OE 03 - Aprimorar a gestão do processo eleitoral				83,80%	Ótimo
IE 06A - Taxa de requerimentos de alistamento eleitoral por meio digital	24,35%	90,00%		27,06%	Insatisfatório
IE 07 - Taxa de zonas eleitorais com padrão mínimo de eficiência	90,30%	90,00%	1	100,34%	Ótimo
IE 08 - Taxa de mesários voluntários	55,18%	60,00%	1	91,96%	Ótimo
IE 09A - Taxa de aperfeiçoamento dos Processos Eleitorais	7,45	7,00	1	106,43%	Ótimo
IE 11 - Taxa de aderência ao PIE					Suspense
IE 12 - Taxa de eleitores, com cadastro biométrico, habilitados a votar pela biometria	91,54%	88,50%	1	103,43%	Ótimo
OE 04 - Garantir agilidade e efetividade na prestação jurisdicional				99,23%	Ótimo
IE 13 - Taxa de atendimento à demanda – 1º grau	2,420,28%	100,00%	1	2.420,28%	Ótimo
IE 14 - Taxa de atendimento à demanda – 2º grau	96,89%	100,00%	1	96,89%	Ótimo
IE 15 - Taxa de congestionamento líquida de feitos judiciais – 1º grau	24,41%	25,00%	1	102,36%	Ótimo
IE 16 - Taxa de congestionamento líquida de feitos judiciais - 2º grau	38,20%	40,00%	1	104,50%	Ótimo
OE 05 - Combater os ilícitos eleitorais				50,00%	Satisfatório
IE 17 - Taxa de julgamento no tempo médio razoável - 1º Grau		1,00%	1		Não realizado
IE 18A - Taxa de julgamento no tempo médio razoável - 2º Grau	69,23%	65,00%	1	106,51%	Ótimo
OE 06 - Promover a educação eleitoral e a participação cidadã				94,39%	Ótimo
IE 19 - Taxa de estudantes atendidos em ações socioeducativas	532,18%	264,00%	1	201,58%	Ótimo
IE 20 - Taxa de atendimento a demanda de ações socioeducativas	80,79%	91,00%	1	88,78%	Ótimo
OE 07 - Aprimorar a gestão da comunicação e do relacionamento institucional				100,00%	Ótimo
IE 21 - Taxa de inserções positivas na imprensa	98,92%	95,00%	1	104,12%	Ótimo
IE 23 - Taxa de resposta à imprensa no prazo	84,51%	80,00%	1	105,63%	Ótimo
IE 24 - Taxa de alcance das mídias sociais	14,83%	0,90%	1	1.648,12%	Ótimo
OE 08 - Aprimorar a gestão administrativa e a governança institucional				75,50%	Satisfatório

Nome	Resultado	Meta	Peso	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IE 26 - Índice de aprimoramento da governança institucional	53,2 0%	73,60 %	1	72,28%	Satisfatório
IE 27 - Taxa de Maturidade da Execução da Estratégia	33,3 3%	45,00 %	1	74,07%	Satisfatório
IE 28A - Taxa de processos com riscos geridos	9,30 %	16,00 %	1	58,14%	Satisfatório
IE 29 - Taxa de aprimoramento da gestão de riscos e controles internos	67,5 0%	82,50 %	1	81,82%	Ótimo
IE 30 - Taxa de auditorias que alcançaram o padrão mínimo de qualidade	100,00 00%	100,00 0%	1	100,00%	Ótimo
IE 32 - Taxa de implementação das recomendações da auditoria interna	53,7 0%	65,00 %	1	82,62%	Ótimo
IE 33 - Índice de gestão e governança das contratações	86,0 0%	90,00 %	1	95,56%	Ótimo
IE 34A - Taxa de aderência das contratações ao Plano de Contratações Anual (PCA)	29,6 1%	75,00 %	1	39,48%	Insatisfatório
<b>OE 09 - Promover a gestão de informações de forma padronizada, segura e transparente</b>				<b>43,02%</b>	<b>Insatisfatório</b>
IE 35 - Taxa de ativos de informação avaliados quanto à existência de dados pessoais - LGPD		95,00 %	1		Não realizado
IE 36 - Taxa de assentamentos funcionais de servidores ativos e inativos digitalizados	92,6 9%	88,00 %	1	105,33%	Ótimo
IE 37 - Índice de aprimoramento do processo administrativo eletrônico	61,2 7%	85,00 %	1	72,08%	Satisfatório
IE 38 - Índice de serviços críticos com gestão de risco de segurança da informação		1,00% %	1		Não realizado
<b>OE 10 - Aprimorar a gestão de pessoas na era da transformação</b>				<b>50,61%</b>	<b>Satisfatório</b>
IE 41 - Taxa de realização de Exames Periódicos de Saúde (EPS)	10,0 9%	20,00 %	1	50,45%	Satisfatório
IE 42 - Taxa de aderência ao PAC		10,00 %	1		Não realizado
IE 43 - Taxa de unidades avaliadas por competência	45,4 5%	65,00 %	1	69,93%	Satisfatório
IE 44 - Taxa de servidores capacitados	49,2 4%	60,00 %	1	82,06%	Ótimo
<b>OE 11 - Aprimorar a gestão orçamentária e financeira</b>				<b>78,13%</b>	<b>Satisfatório</b>
IE 46 - Taxa da Execução Planejada de Orçamento de Despesas Discricionárias	20,6 4%	60,00 %	1	34,40%	Insatisfatório
IE 47 - Taxa de execução do orçamento de despesas discricionárias	87,4 6%	60,00 %	1	145,76%	Ótimo
IE 49 - Taxa de pagamento de empenho	43,1 1%	10,00 %	1	431,07%	Ótimo
<b>OE 12 - Promover a transformação digital</b>				<b>98,54%</b>	<b>Ótimo</b>
IE 50 - Taxa de disponibilidade dos serviços essenciais de TIC	99,4 1%	98,00 %	1	101,44%	Ótimo
IE 51 - Índice de governança de TIC	95,3 2%	90,00 %	1	105,91%	Ótimo
IE 52 - Taxa de satisfação dos usuários de TIC	92,8 6%	95,00 %	1	97,74%	Ótimo
IE 53 - Taxa de adequação dos equipamentos aos padrões	93,5 2%	100,00 0%	1	93,52%	Ótimo
IE 54 - Taxa de entrega de soluções de TI	118,75 75%	70,00 %	1	169,64%	Ótimo
IE 55 - Taxa de atendimento ao Plano de Transformação Digital	100,00 00%	86,00 %	1	116,28%	Ótimo
<b>OE 13 - Aperfeiçoar a infraestrutura</b>				<b>95,40%</b>	<b>Ótimo</b>
IE 56A - Taxa de unidades com infraestrutura adequada	34,2 4%	27,00 %	1	126,81%	Ótimo
IE 57 - Taxa de unidades com condições adequadas de segurança	77,1 7%	85,00 %	1	90,79%	Satisfatório

Obs: Os indicadores do tipo quanto menor melhor terão seus desempenhos limitados em 0 % e os do tipo quanto maior melhor em 100%, para efeito de cálculo dos IEs.

## 4. Resultados do Período

Plano Estratégico 2021\_2026

Desempenho do Período: **80,48%**

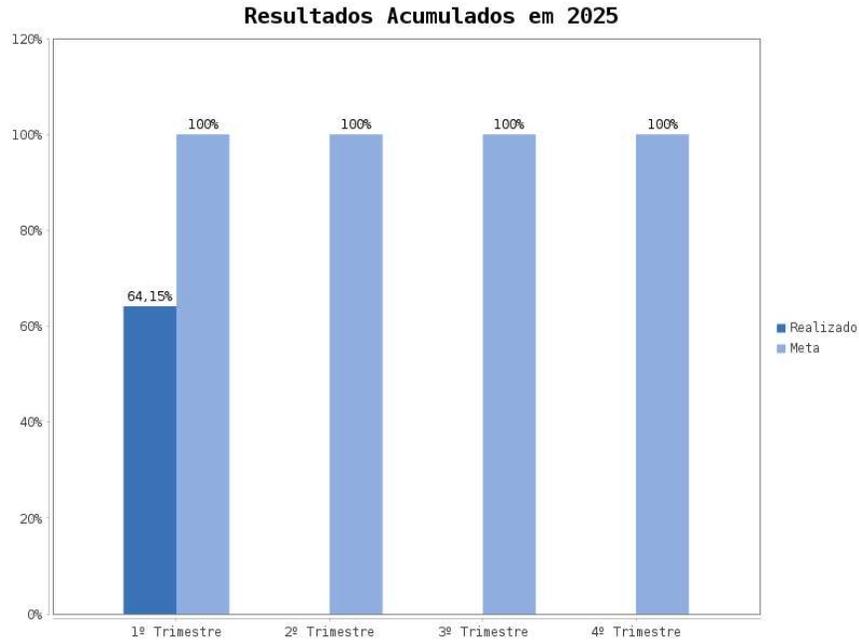


Fechado sem análise.

Responsável: SEDEST.

**OE 01 - Garantir dos direitos da cidadania**

**Satisfatório Desempenho do Período: 64,15%**



**Responsável: SGPR.**

Análise de contexto Fechado sem análise.

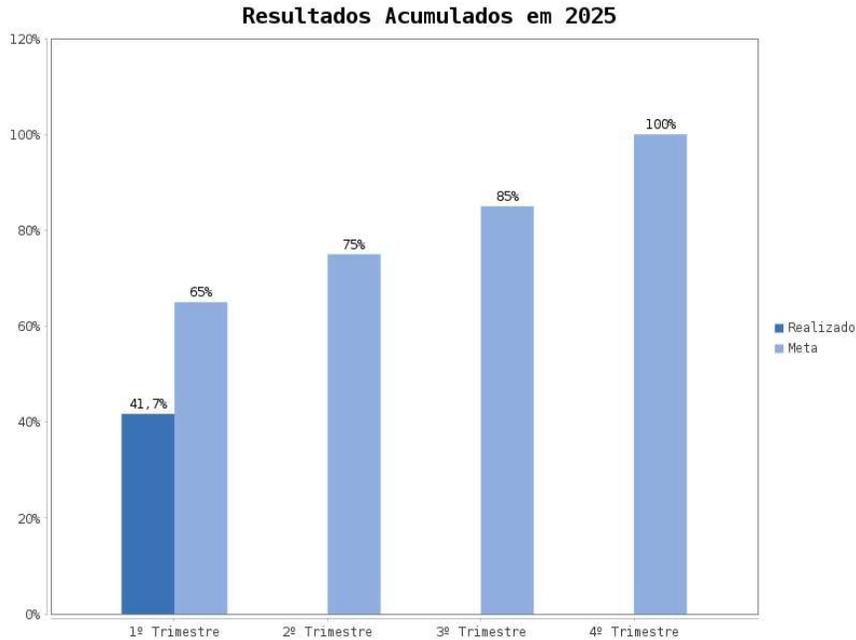
Ações realizadas no último período e resultados obtidos Fechado sem análise.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Fechado sem análise.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Fechado sem análise.

Riscos associados ao objetivo Fechado sem análise.

**IE 01 - Taxa de cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário**  
**Satisfatório Desempenho do Período: 64,15%**



**Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CPLAN.**

**Análise de contexto**

No XVIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado nos dias 02 e 03 de dezembro de 2024, sob coordenação do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), foram aprovadas 4 metas nacionais para a Justiça Eleitoral para o ano de 2025. São elas:

Meta 1 - Julgar mais processos que os distribuídos. Meta 2 - Julgar processos mais antigos (Justiça Eleitoral: Identificar e julgar até 31/12/2025 70% dos processos distribuídos até 31/12/2023 e todos os processos de conhecimento pendentes de julgamento há 6 anos (2019) ou mais). Meta 4 - Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais. (Justiça Eleitoral: Identificar e julgar até 31/12/2025, 90% dos processos referentes às eleições de 2022 e 50% dos processos referentes às eleições de 2024, distribuídos até 31/12/2024, que possam importar na perda de mandato eletivo ou em inelegibilidade). Meta 9 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário. (Justiça Eleitoral: Implantar, em 2025, um projeto oriundo do laboratório de inovação, de cujo desenvolvimento tenha participado pelo menos um laboratório de outro tribunal ou órgão da administração pública, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionados à Agenda 2030).

O resultado de 41,70% do IE 01 no 1º trimestre de 2025 representa a média do percentual de cumprimento das 4 metas nacionais no período, conforme especificação abaixo:

Meta 1: 35,01% (Para fins de referência, a média dos TREs foi 44,73%) Meta 2: a) Julgar processos mais antigos: 70% dos processos distribuídos até 31/12/2022: 120,93% e b) todos os processos de conhecimento pendentes de julgamento há 6 anos ou mais: 12,50%. (Médias dos TREs: 122,90% e 29,15%) A SVPCRE informa que não há, no TRE RJ, processos de conhecimento pendentes de julgamento no PJe há 6 anos ou mais, indicando inconsistência no resultado de 12,50%, indicando possível necessidade de futura retificação do resultado do IE 01. Os processos foram migrados para o Pje a partir de 2020, logo, é possível que haja processos anteriores a 2019, mas, como não estão no sistema do Processo Judicial Eletrônico, não há como o CNJ identificá-los.

Meta 4: a) Eleições 2022 – 22,22%; b) Eleições 2024 – 41,36%; (Médias dos TREs: 20,74% e 60,36%) Meta 9: Estimular a Inovação no Poder Judiciário: 0% Em relação às metas 1, 2 e 4, os dados foram extraídos do Painel de Estatística do CNJ em 16/05/2025. O Painel foi atualizado em 16/05/2025, com dados de referência de 31/03/2025.

**Ações realizadas no último período e resultados obtidos**

Com relação às metas processuais (Metas 1, 2 e 4), seguem abaixo as principais ações realizadas no 1º trimestre de 2025:

1º grau: as ações estão relacionadas ao monitoramento dos cartórios eleitorais acerca de tramitação processual, assim como de auxílio e orientações referentes às dúvidas sobre autuação e processamento no PJe. 2º grau: manteve-se o monitoramento constante dos processos em trâmite no 2º grau e, a partir de controles elaborados pela SJD em painéis BI e dashboards no sistema Metabase, foi possível estabelecer a organização de ordens de prioridade na apreciação de processos/recursos pela Corte, traçando-se orientações específicas voltadas à manutenção do indicador em níveis positivos. Cabe ainda mencionar que, nesse período, foi priorizada a elaboração de Painel BI, em conjunto com a VPCRE e STI, voltado à consulta direta pelas unidades julgadoras (zonas eleitorais e gabinetes de magistrados) que permita o acompanhamento da evolução mensal das metas nacionais do CNJ, a visualização dos processos já apreciados por aquela unidade no período e os feitos pendentes de julgamento que impactem nas referidas metas. Além disso, será possível identificar os processos judiciais que porventura estejam simultaneamente inseridos em mais de uma meta nacional, concentrando tais informações em ferramenta de simples visualização, que auxilie no planejamento e gestão dos indicadores de resultados, em conformidade com o glossário de metas do Conselho Nacional de Justiça.

Em relação à Meta 9 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário, o TRE-RJ está em tratativas com o TJ-RJ para o desenvolvimento em parceria de um projeto de inovação relacionado a um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, que será cadastrado, até 31/05/2025, na plataforma RenovaJud.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Tendo em vista que os processos de prestação de contas eleitorais (classe: 12193) e de prestação de contas anual (classe: 12377), que foram distribuídos em 2024 e não julgados em 2024, são contabilizados como casos novos na Meta 1 em 2025, é um grande desafio julgar, em 2025, essas classes processuais (12193 e 12377), que se apresentam em grande volume.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A Portaria CNJ N° 141/2024 dispõe que os tribunais deverão elaborar plano de ação quadrimestral no ano de 2025 para cumprimento das Metas Nacionais 1 e 2 (art. 4°).

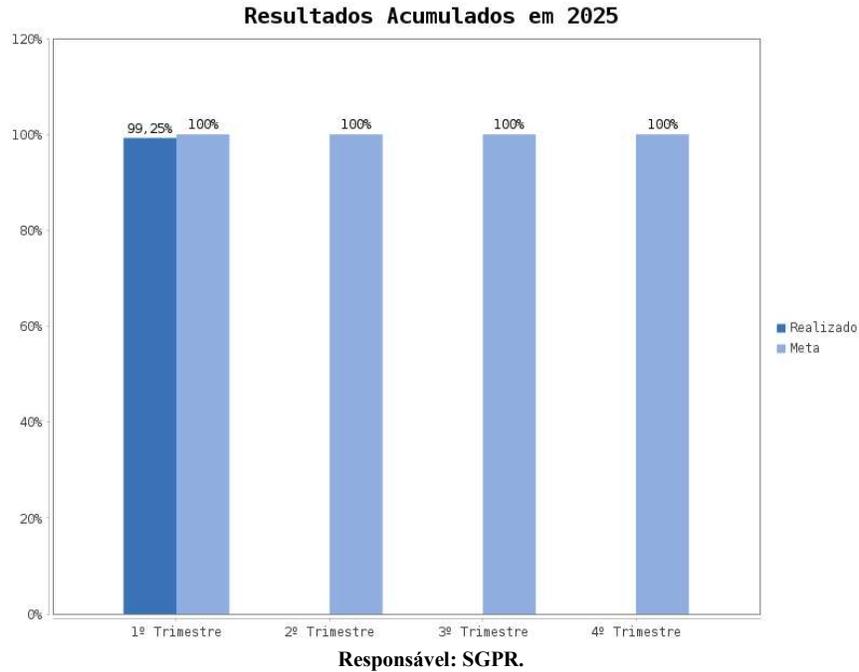
Os Planos de Ação das Metas 1 e 2 do 1° e 2° graus referentes ao 1° quadrimestre foram registrados tempestivamente, em fevereiro, conforme consta nos processos SEI n° 2025.0.000001563-6 (1° grau) e 2025.0.000001194-0 (2° grau). Destacam-se as principais ações:

Capacitar em gestão processual as Assessorias de Gabinete e os servidores em cartórios eleitorais em gestão processual e processamento no PJe. Desenvolver Painel de BI e dashboards que permitam acompanhar em tempo real o desempenho das metas nacionais no âmbito do 1° e 2° graus. Mapear processos que impactam no desempenho do Tribunal em cada uma das metas. Direcionar e auxiliar as Zonas Eleitorais na gestão processual para que a tramitação dos processos ocorra de forma mais célere. Com relação ao 2° quadrimestre, os Planos de Ação deverão ser registrados no CNJ até o dia 16/05/2025. Os planos estão sendo tratados no âmbito dos processos SEI n° 2025.0.000014466-5 e 2025.0.000014675-7.

Riscos associados ao objetivo

O principal risco associado ao objetivo se relaciona ao impacto do desempenho do TRE-RJ no quesito referente às Metas Nacionais no Prêmio CNJ de Qualidade 2026.

**OE 02 - Fortalecer a relação institucional com a Sociedade**  
**Desempenho do Período: 99,25%**



Análise de contexto Fechado sem análise.

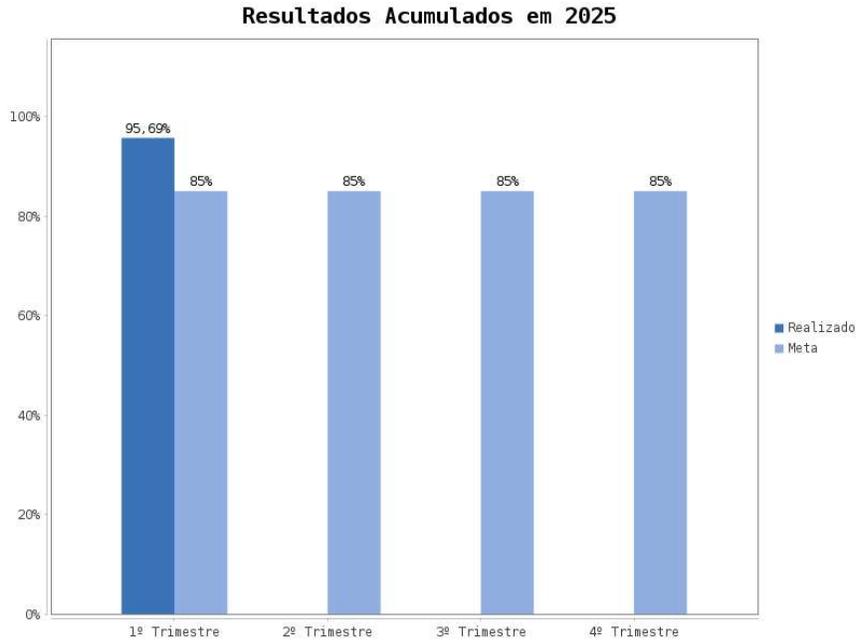
Ações realizadas no último período e resultados obtidos Fechado sem análise.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Fechado sem análise.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Fechado sem análise.

Riscos associados ao objetivo Fechado sem análise.

**IE 03 - Taxa de satisfação do público externo com os canais de comunicação**  
**Desempenho do Período: 112,58%**



**Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: OUVE.**

**Análise de contexto**

Considerando que 2025 não é um ano eleitoral, o primeiro trimestre apresentou uma redução no volume de demandas recebidas em comparação ao mesmo período de 2024. Em decorrência desse cenário, também foi registrada uma diminuição no número de reclamações. As solicitações classificadas como “dúvidas” representaram a maior parte dos atendimentos, impulsionadas, sobretudo, pela reabertura do cadastro eleitoral. Os assuntos mais recorrentes entre os eleitores foram alistamento, coleta biométrica, e informações referentes a endereço e telefone das Zonas Eleitorais.

**Ações realizadas no último período e resultados obtidos**

No último trimestre, a Ouvidoria realizou 489 atendimentos por meio do sistema da Ouvidoria, Facebook e Instagram do TRE/RJ . Deste total, 224 atendimentos foram registrados diretamente no sistema da Ouvidoria, sendo classificados em 24 reclamações, 70 pedidos de informação e 212 dúvidas.

As dúvidas concentraram-se majoritariamente em temas relacionados ao alistamento eleitoral, coleta biométrica e informações sobre endereço e telefone das Zonas Eleitorais. No que diz respeito às reclamações, os assuntos mais recorrentes — todos com dois registros cada — envolveram questões relativas ao estacionamento da sede do TRE-RJ, horário de atendimento das zonas eleitorais, atendimento em cartório eleitoral, atendimento presencial e justificativa de ausência de votação.

Por outro lado, observou-se um aumento no nível de satisfação dos usuários em relação aos serviços prestados pela Ouvidoria e pela Central de Atendimento Telefônico, quando comparado ao primeiro trimestre de 2023, também um ano não eleitoral.

Destaca-se que a Ouvidoria tem atuado em parceria com a área de Tecnologia da Informação (TI) para promover melhorias no sistema próprio de atendimento. Paralelamente, está em desenvolvimento o sistema unificado do TSE, para atendimento às demandas de Ouvidoria.

Adicionalmente, a Ouvidoria mantém atuação contínua de apoio e orientação à Central de Atendimento Telefônico – CAT, com o objetivo de assegurar a atualização constante das informações e o aprimoramento da qualidade no atendimento ao cidadão.

**Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)**

No primeiro trimestre de 2025, foram registradas apenas 24 reclamações, abrangendo temas diversos. Considerando que se trata de um ano não eleitoral e que, até o momento, não há previsão de campanhas institucionais voltadas ao comparecimento de eleitores aos cartórios para a realização do cadastro biométrico, estima-se que o número de reclamações se mantenha estável no próximo trimestre.

**Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas**

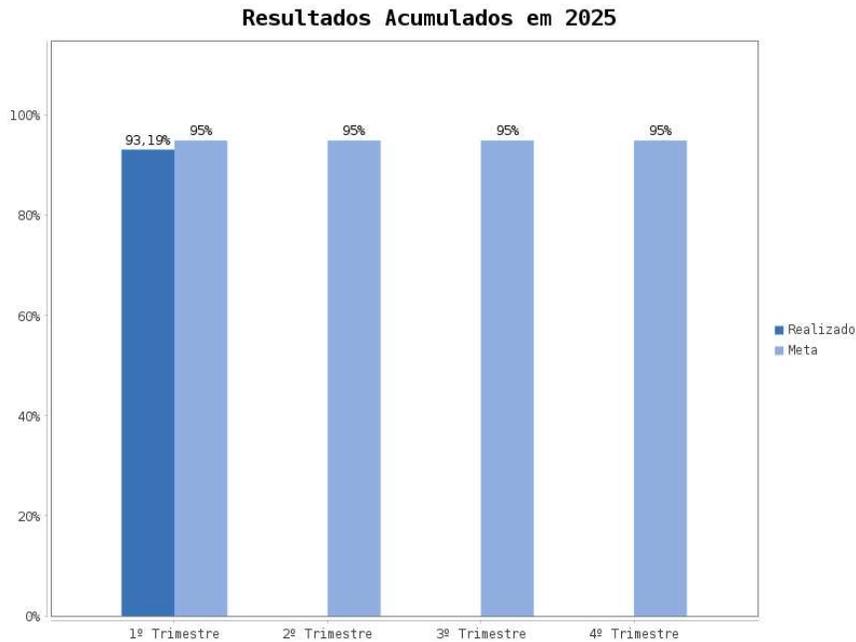
Com vistas à melhoria do desempenho das ações futuras, propõe-se o fortalecimento da comunicação preventiva, por meio da divulgação de informações claras e acessíveis, com o objetivo de reduzir o número de dúvidas recorrentes apresentadas pelos usuários. Além disso, é recomendável a realização de campanhas institucionais que incentivem o comparecimento do eleitorado às zonas eleitorais durante o período não eleitoral, de modo a distribuir de forma mais equilibrada o fluxo de atendimentos ao longo do ano e evitar sobrecargas próximas ao encerramento do prazo para o fechamento do cadastro eleitoral. Também se destaca a importância da promoção de treinamentos e ações de sensibilização voltadas aos servidores que atuam diretamente no atendimento ao público, com o intuito de aprimorar a qualidade do serviço prestado e assegurar maior uniformidade e eficiência nas orientações fornecidas ao cidadão.

**Riscos associados ao objetivo**

Risco de imagem do Tribunal junto à sociedade



**IE 04 - Taxa de Atendimento no Prazo das Demandas Recebidas da Ouvidoria**  
**Desempenho do Período: 98,09%**



**Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: OUVE.**

**Análise de contexto**

As demandas da Ouvidoria são tratadas dentro do prazo pelo setor e enviadas para as unidades responsáveis pela informação, quando necessário. Dessa forma, o cumprimento do prazo depende não só da Ouvidoria, mas também do setor responsável pela informação.

**Ações realizadas no último período e resultados obtidos**

De acordo com a variável RDP (Reclamações e Denúncias no Período), a Ouvidoria recebeu 41 manifestações classificadas como reclamações e denúncias. Dentre essas, conforme demonstrado pela variável ATRDP (Atendimentos Tempestivos a Reclamações e Denúncias no Período), apenas 5 foram atendidas fora do prazo estabelecido pelas unidades responsáveis.

No que se refere aos pedidos de informação com fundamento na Lei de Acesso à Informação (LAI), registrou-se um total de 70 solicitações, conforme aponta a variável PIP (Pedidos de Informação no Período), sendo que apenas uma delas foi respondida de forma intempestiva.

Cabe destacar que, no período analisado, não foram recebidas demandas relacionadas à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), conforme indicam as variáveis PLGPD (Pedidos de LGPD no Período) e ATBLGPD (Atendimentos Tempestivos com base na LGPD no Período).

Com o objetivo de mitigar eventuais atrasos no atendimento às manifestações recebidas, o sistema da Ouvidoria realiza o envio de alertas automáticos de prazo às unidades demandadas. Complementarmente, a equipe da Ouvidoria também realiza o envio de e-mail e, quando necessário, efetua contato telefônico para reforçar a importância do cumprimento dos prazos de resposta.

**Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)**

Com a recente implementação das ferramentas de medição Tempo de Resposta das Unidades e ATRDP (Atendimentos Tempestivos a Reclamações e Denúncias no Período), a Ouvidoria passou a dispor de instrumentos mais precisos para identificar os setores que apresentam descumprimento dos prazos estabelecidos. Essa melhoria permitirá, ao longo do tempo, verificar se o não cumprimento é recorrente em determinadas unidades, possibilitando, assim, a adoção de ações orientativas direcionadas para mitigar a causa do problema. Considerando que o ano de 2025 não é um ano eleitoral, a tendência é que esse indicador se mantenha estável ao longo dos próximos trimestres.

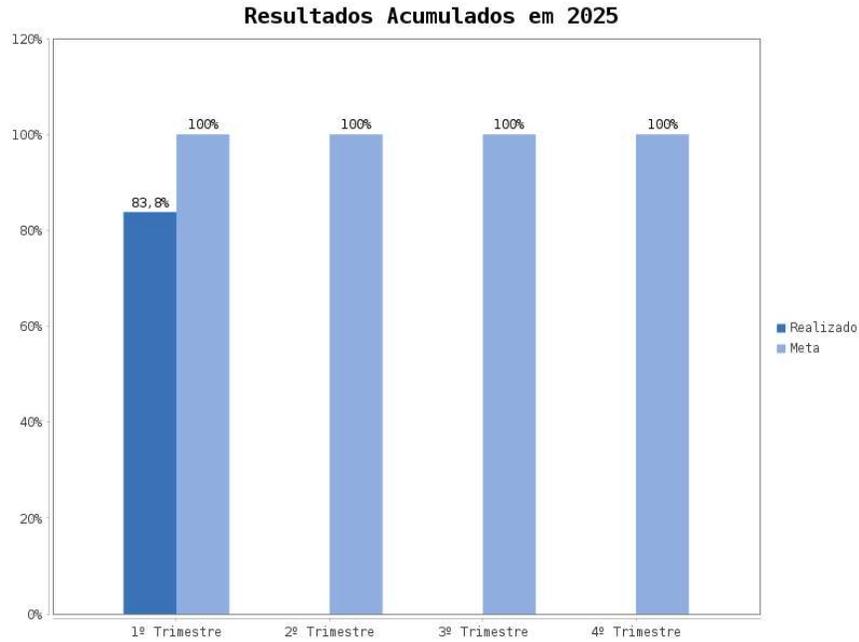
**Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas**

Considerando que o cumprimento dos prazos depende tanto da Ouvidoria quanto das unidades responsáveis pelas informações, propõe-se o monitoramento contínuo do desempenho dessas unidades por meio das ferramentas Tempo de Resposta das Unidades e ATRDP. A partir desses dados, será possível direcionar ações de orientação às unidades com maior índice de atrasos. Além disso, recomenda-se a manutenção e o aperfeiçoamento dos mecanismos de alerta já utilizados, visando reforçar o compromisso institucional com o atendimento tempestivo às manifestações recebidas.

**Riscos associados ao objetivo**

Insatisfação do usuário devido ao não cumprimento dos prazos e piora na imagem institucional.

**OE 03 - Aprimorar a gestão do processo eleitoral**  
**Desempenho do Período: 83,80%**



**Responsável: DG.**

Análise de contexto Fechado sem análise.

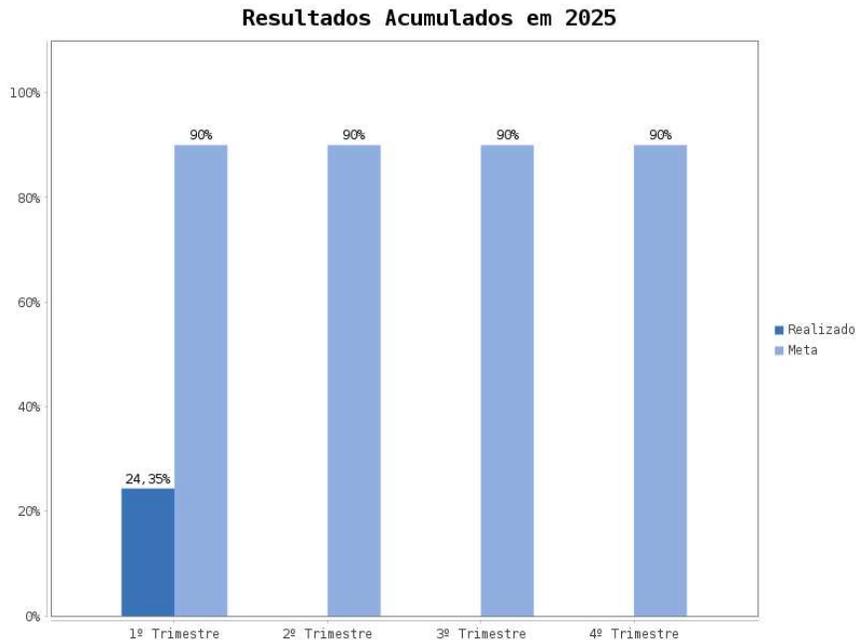
Ações realizadas no último período e resultados obtidos Fechado sem análise.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Fechado sem análise.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Fechado sem análise.

Riscos associados ao objetivo Fechado sem análise.

**IE 06A - Taxa de requerimentos de alistamento eleitoral por meio digital**  
**Desempenho do Período: 27,06%**



**Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CSORI.**

**Análise de contexto**

Realização de ações da Justiça Eleitoral Itinerante em Municípios sem sede de Cartório Eleitoral.

Baixa procura pelos serviços eleitorais nas Zonas Eleitorais, refletindo na baixa ocupação da capacidade de atendimento.

Baixo engajamento dos eleitores no uso da ferramenta Título Net.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Não foram realizadas ações específicas voltadas para a divulgação da ferramenta Título Net.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Como a realização de requerimentos de alistamento eleitoral por meio digital depende do comportamento do público-alvo, a melhora no desempenho do objetivo depende do engajamento dos clientes (cidadãos).

O desafio para o próximo período é a identificação dos motivos ensejadores da não utilização do Título Net e a busca pelo engajamento por meio da realização de campanha de incentivo à utilização da ferramenta.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Campanha de divulgação do Título Net, ressaltando que os eleitores com dados biométricos cadastrados na Justiça Eleitoral podem solicitar remotamente a transferência de domicílio eleitoral, a alteração de dados cadastrais e local de votação ou a mudança da seção eleitoral para outra com acessibilidade, dispensado o seu comparecimento presencial a uma unidade de atendimento; Implementação de consulta, por questionário, aos eleitores que, apesar de terem comparecido às Zonas Eleitorais, poderiam ter utilizado os serviços virtuais, a fim de identificar os motivos de sua escolha; Revisão da meta do indicador, tendo em vista os 90% estipulados não consideram a característica populacional do Estado do Rio de Janeiro, especialmente a dificuldade de acesso a meio digitais e de utilização das respectivas ferramentas; Criação, por meio de convênios/acordos, de pontos de inclusão em prefeituras ou outros órgãos públicos e associações de moradores, para possibilitar acesso aos serviços digitais da Justiça Eleitoral por parte de excluídos digitais que apresentem falta de conhecimento, recursos financeiros ou interesse.

Riscos associados ao objetivo

Campanha de estímulo à biometrização do eleitorado, que, a depender de como será realizada, pode ser interpretada pelos eleitores já biometrizados como obrigatoriedade de atendimento presencial. Projeto Justiça Eleitoral Itinerante e participação do TRE-RJ em ações sociais. Tais iniciativas incluem em seu escopo o atendimento de eleitores em situação de rua e excluídos digitais, assim como, de eventuais eleitores já biometrizados que desejam atendimento. Portanto, os respectivos requerimentos serão recebidos por meio de atendimento presencial. Revisões de Eleitorado. Tais procedimentos, caso venham a ocorrer, exigirão o comparecimento de eleitores já biometrizados.

## IE 07 - Taxa de zonas eleitorais com padrão mínimo de eficiência

### Desempenho do Período: 100,34%



**Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SVPCRE.**

#### Análise de contexto

Inicialmente, vale destacar que a meta deste indicador foi alterada de 70% para 90%. Neste novo cenário, o desempenho processual das Zonas Eleitorais foi ótimo, com resultado de 90,30% no primeiro trimestre. Na média de Zonas Eleitorais por situação no período, tivemos 143 zonas eleitorais em situação satisfatória (acima de 70%), 21 em situação de atenção (entre 50% e 70%) e 1 em situação insatisfatória.

Em uma análise mais detalhada de cada eixo, temos:

1) Eixo Eficiência Processos Judiciais - desempenho de 84,41% no final do 1º trimestre.

Dentro deste eixo, temos 5 variáveis, as quais apresentaram os respectivos resultados:

- Redução da Taxa de congestionamento: 73,34%
- Redução Processos Parados a mais de 30 dias: 94%
- Redução Processos Concluídos a mais de 30 dias: 99%
- Redução Baixas sem Decisão: 95%
- Índice de Atendimento à Demanda: 75,79%

2) Eixo Eficiência Procedimentos Administrativos Eleitorais - desempenho de 90,02% no final do 1º trimestre.

Os processos analisados neste eixo são exclusivos da Justiça Eleitoral e não são considerados para o Prêmio CNJ de Qualidade, mas também desempenham importância no âmbito processual, uma vez que tratam de assuntos administrativos diretamente ligados a eleições e direitos políticos, por exemplo.

3) Eixo Eficiência Metas Nacionais - encontra-se sem medição, pois os dados serão extraídos do novo painel, em desenvolvimento pela SEADIN, para o acompanhamento das Metas Nacionais. Por ora, o eixo está zerado, o que pode influenciar no resultado final de desempenho.

Obs.: Metas Nacionais CNJ:

Meta 1 (Julgar mais processos que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente);

Meta 2 (Julgar processos mais antigos);

Meta 4 (Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais).

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

As ações são em torno do monitoramento dos cartórios eleitorais acerca de tramitação processual, assim como de auxílio e orientações referentes às dúvidas sobre autuação e processamento no PJe.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

O ano de 2025 será um ano em que as zonas eleitorais poderão dedicar mais tempo à gestão dos processos judiciais. No entanto, não se pode perder de vista que as zonas eleitorais permanecem com o necessário atendimento ao público, incluindo a realização da biometria, entre diversas atividades cartorárias, concomitantemente à gestão processual.

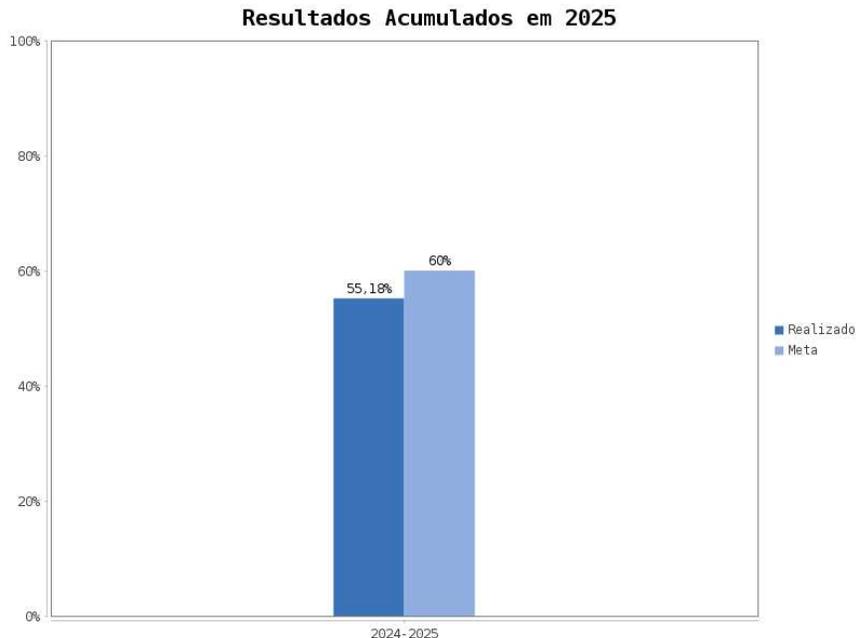
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Há um planejamento para o ano de 2025 que engloba diversas ações visando o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional com foco na produtividade e na celeridade processual.

Ademais, a criação de um painel BI no Metabase com foco no acompanhamento e na análise necessária para melhorar o desempenho das Metas 1, 2 e 4 está em desenvolvimento pela STI, em fase de homologação. Após esta fase, os cartórios eleitorais poderão ter acesso ao painel e realizar diretamente o acompanhamento de cada meta.

Riscos associados ao objetivo

Diminuir o percentual de Zonas Eleitorais com padrão mínimo de eficiência.

**IE 08 - Taxa de mesários voluntários****Desempenho do Período: 91,96%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASVPCRE.****Análise de contexto**

A unidade competente para a matéria Mesários Voluntários (SEPLAT, subordinada à VPCRE) foi extinta pela Resolução TRE nº 1.335, de 2 de julho de 2024. De forma provisória, foi atribuída ao Grupo Permanente de Treinamento de Mesários e Colaboradores (GTM/RJ), cuja coordenadora é a Assistente da Secretaria da Vice-Presidência e Corregedoria (ASVPCRE), até a alteração do Regulamento Administrativo, o que ainda não ocorreu. Desde então e até às Eleições 2024, todo o esforço de trabalho da equipe foi concentrado nas atividades de elaboração, compilação e distribuição de material instrucional aos multiplicadores de treinamento de pessoal de eleição, além das tarefas relacionadas à contratação do manual da cartilha de mesários. Importante destacar que as entregas referentes ao voluntariado eram desenvolvidas por uma seção e estão, no momento, a cargo de um grupo de trabalho em que todos os membros atuam sem prejuízo de suas funções nas unidades onde estão lotados, o que reduz, significativamente, o tempo de dedicação à matéria. Em acréscimo, destaco que nenhum dos membros do grupo atuou na SEPLAT anteriormente e, portanto, não têm nenhuma expertise no conteúdo.

As eleições de 2024, por seu perfil municipal, não foi tão marcada pela polarização política observada no pleito anterior, o que pode não ter fomentado a mesma participação no processo eleitoral observado anteriormente.

**Ações realizadas no último período e resultados obtidos**

Como já informado no item anterior, o GTM/RJ somente passou a responder pela matéria em julho de 2024 quando estava envolvido completamente em suas atividades regulamentares, que têm seu apogeu justamente no período eleitoral, inviabilizando a busca por novas parcerias com universidades para concessão de horas de atividades complementares e do convênio com OAB/RJ para concessão de horas de estágio para estudantes de direito.

Após as eleições, o Grupo dedicou-se ao conhecimento e atualização dos dados dos convênios e parcerias. Devido à extinção da unidade no sistema SEI, foi necessária a identificação, consulta e envio à unidade GTM/RJ de todos os 158 processos de tratativas de convênio que estavam sob a responsabilidade da SEPLAT.

Todas as planilhas de controles foram revistas e consolidadas em uma única, de forma a otimizar os trabalhos futuros. Atualmente, há 170 instituições de ensino superior cadastradas (campi e polos incluídos) que não foram contatadas e 97 que, apesar de contatadas, não retornaram e necessitam que sejam estabelecidas novas conversas.

Atente-se que duas grandes instituições de ensino não possuem convênio com este Regional para concessão de horas de atividades complementares em razão do trabalho voluntário: UERJ e Estácio de Sá. Esta última conta com uma extensa gama de campi e polos, com quem as negociações foram feitas de forma individual, resultando em apenas 3 convênios.

**Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)**

Os trabalhos de atualização do Regulamento Administrativo do TRE/RJ foram retomados e tem-se a expectativa de revisão da unidade competente para tratamento do Programa Mesário Voluntário, de forma que fique a cargo de uma seção e não de um grupo de trabalho, a fim de possibilitar o desenvolvimento das tarefas de forma mais célere.

Saliente-se que, caso a mudança se concretize, deverá ser levado em conta o tempo necessário para o novo setor integrar as novas atividades aos rol das já existentes.

Nos próximos meses, o GTM estará envolvido com o Plano de Ação oriundo da Avaliação das Eleições com vista à melhoria do treinamento dos multiplicadores de mesários.

A previsão para os próximos 6 meses é, portanto, de estabilidade no desempenho do objetivo.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Buscar apoio da administração para retornar as negociações com as universidades UERJ e Estácio, esta, de forma centralizada.

Para 2026, será necessária a renovação da parceria com a OAB/RJ.

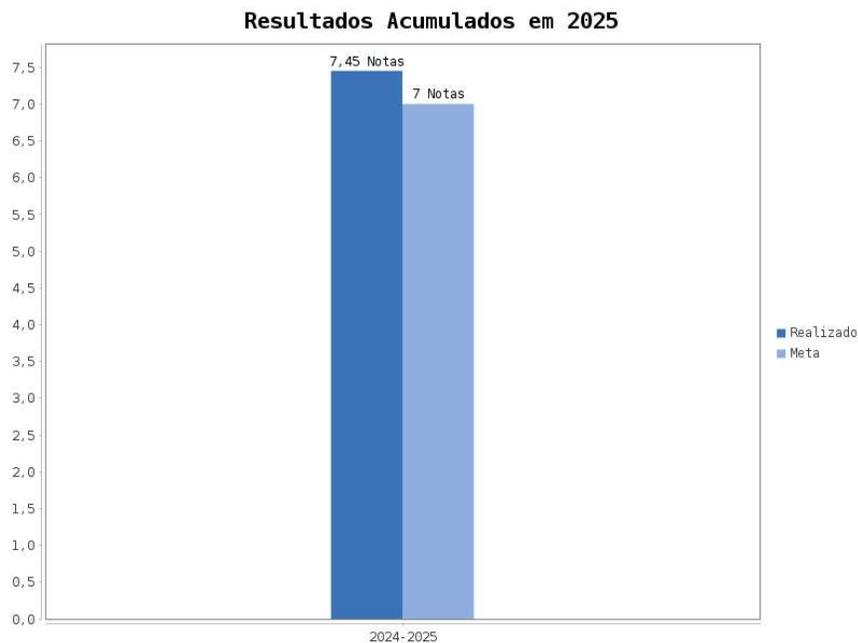
Riscos associados ao objetivo

A manutenção das atividades do Programa Mesário Voluntário como atribuição de grupo de trabalho e não à unidade.

Falta de apoio da administração junto à UERJ e à Estácio de Sá, tendo em vista que apenas o encaminhamento de ofício, sem uma negociação junto à Reitoria das Universidades, não se mostrou efetiva

## IE 09A - Taxa de aperfeiçoamento dos Processos Eleitorais

### Desempenho do Período: 106,43%



**Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASPLEL.**

Análise de contexto

Trata-se de análise do Indicador Estratégico IE 09A – "AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS ELEITORAIS", referente às Eleições de 2024, cuja periodicidade é bianual.

Inicialmente, cabe destacar que nas Eleições de 2022, o indicador correspondia ao IE 09 – "TAXA DE APERFEIÇOAMENTO DOS PROCESSOS

ELEITORAIS", elaborado para medir a avaliação média do público interno em relação às atividades desenvolvidas no processo eleitoral e sua periodicidade

de medição e análise são bianuais, ou seja, após cada pleito eleitoral, sendo apurado com base na avaliação das eleições, realizada pelos(as)

servidores(as) e magistrados(as) do TRE-RJ.

A medição era realizada a partir do somatório das médias das notas atribuídas a cada tema previsto na avaliação das Eleições dividido pelo número de temas

submetidos à avaliação.

O IE 09A, por sua vez, mede a nota do público interno em relação às atividades desenvolvidas no processo eleitoral, sendo composto por duas variáveis:

a) MMNATPE, correspondente à média das notas atribuídas aos temas que foram objeto de melhoria priorizada na Eleição anterior (somatório das notas

atribuídas a cada tema dividido pelo número de temas);

b) MNATE, equivalente à média das notas atribuídas aos temas que não foram objeto de melhoria priorizada na Eleição anterior (somatório das notas

atribuídas a cada tema dividido pelo número de temas).

O resultado do indicador corresponde ao somatório das duas variáveis dividido por dois.

Para que fossem definidas as metas de 2022 (6,70), 2024 (7,0) e 2026 (7,5), usou-se como parâmetro a média da avaliação das eleições de 2020 (6,60),

utilizando-se, para tanto, a métrica de notas de 1 a 10 para cada tema avaliado.

No entanto, na Avaliação das Eleições de 2024 julgou-se mais adequada a utilização da métrica de notas de 1 a 5 para cada tema avaliado e não mais de

1 a 10. Dessa forma, os resultados da medição das duas variáveis que compõem o indicador foram multiplicados por dois, para fins de registro no

sistema GERIR.

Nesse sentido, a média das notas atribuídas aos temas que foram objeto de melhoria priorizada na Eleição de 2022 ficou em 7,3 e a média das notas dos

temas que não foram objeto de melhoria priorizada no referido pleito foi 7,6, totalizando a média 7,45 como resultado do IE09A.

Dos 16 temas avaliados, 09 foram objeto de melhoria prevista no Plano de Melhorias para as Eleições de 2024:

- Fechamento de Cadastro
  - Fiscalização de Propaganda
  - Geração de Mídias e Preparação de Urnas
  - Infraestrutura
  - Kit Zona
  - Locais de Votação
  - Requisição e cessão de Servidores
  - Transporte (Distribuição e recolhimento de materiais, mídias e urnas)
  - Mesários e demais auxiliares, inclusive Junta Eleitoral
- Por outro lado, 07 temas não foram objeto de melhoria prevista no Plano de Melhorias para as Eleições 2024:

- Suprimento de Fundos
- Justificativa Eleitoral (inclusive sistema Justifica e E-Título)
- Segurança nas Eleições
- Prestação de Contas de Campanha
- Representação e Direito de Resposta
- Registro de Candidaturas
- Captação, Transmissão, Totalização de Votos e Diplomação de Eleitos

Este resultado do IE09A (7,45) equivale a 106% do grau de cumprimento da meta estabelecida para as Eleições de 2024, definida em 7,00.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Em relação ao ciclo monitoramento da Avaliação das Eleições 2022, foram realizadas as seguintes ações:

1 - Atualização dos status do andamento dos planos de ação aprovados na Intranet > Portal das Eleições > submenu Avaliação das Eleições >

Monitoramento;

2 – Instrução mensal dos processos de monitoramento no SEI, com informação à Coordenadoria de Planejamento Estratégico e à Diretoria-Geral,

para fins de conhecimento do andamento dos planos de ação e eventual atuação junto às unidades responsáveis pela execução das melhorias;

3 - Atualização mensal por parte das unidades responsáveis, nas planilhas compartilhadas pela Asplel no Google Space, do andamento da execução dos seus Planos de Ação.

Em relação ao ciclo elaboração da Avaliação das Eleições 2024, foram realizadas as seguintes ações:

1 - Disponibilização, em junho de 2024, de formulário para registro de comentários, elogios e sugestões de melhoria para os processos de trabalho

que serão submetidos à Avaliação das Eleições no momento que estavam sendo executados (Aviso DG 10/2024);

2 - Disponibilização, em outubro de 2024, do formulário de Avaliação de Eleições, com campo para atribuição de notas e de registro de comentários

para cada um dos temas avaliados (Aviso DG 40/2024);

3 - Compilação, Tratamento e disponibilização dos resultados da Avaliação das Eleições 2024 num painel BI disponibilizado no Portal das Eleições

(<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjo1OTFINjc1NzktNGRjMC00NjFkLWJlZjEtZDhmYmRiNDEzMGM2IiwidCI6IjFhYzZk3LTQ3NTctNGU1Ny05YmM4LTIxM>

WU2NzQ4ZWU0MyJ9);

4 - Indicação, pelas unidades responsáveis, de propostas de tratamento para cada uma das demandas advindas pela Avaliação das Eleições 2024;

5 - Realização de reunião com a Comissão de Representantes das Zonas Eleitorais - CORZE, para apresentação dos resultados da Avaliação das

Eleições 2024;

6 - Indicação, pela CORZE, de 8 demandas (assuntos) da Avaliação das Eleições 2024 que consideram mais relevantes serem objeto de melhorias para

as Eleições de 2026;

7 - Consolidação, pela Alta Administração, e aprovação, pelo Presidente do TRE-RJ, do Plano de Melhorias para as Eleições 2026;

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Primeiramente, cabe destacar que a próxima medição do IE-09A somente ocorrerá após o próximo pleito

Espera-se que o desempenho do indicador atinja a meta prevista para as Eleições de 2026, estabelecida em 7,5, considerando o seu desempenho no

pleito de 2024 (7,45), que consistiu em Eleições Municipais, as quais demandam um esforço maior por parte Zonas Eleitorais, principalmente no que

concerne aos Processos de Fechamento de Cadastro, Registro de Candidaturas e Prestação de Contas de Campanha.

Desta forma, a tendência é que o indicador alcance a meta estabelecida no final do Plano Estratégico 2021-2026 (7,5).

Esta Assessoria pretende, ainda, solicitar a alteração da ficha do indicador para readequação das unidades de medida do indicador para a escala de 1 a 5 e

também das metas bianuais.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A Asplrel pretende manter a mesma metodologia utilizada para coleta de dados (aplicação de formulários com campo para atribuição de notas e registro de

comentários relacionados ao tema avaliado) e realização de workshops com utilização da metodologia de inovação (CIDA), desenvolvida pela Assessoria

para auxiliar as unidades responsáveis, e as que participam do processo de trabalho objeto da melhoria, a identificarem de forma colaborativa possíveis

soluções para as demandas advindas da Avaliação das Eleições, que são priorizadas de acordo com o binômio efetividade x esforço.

A Assessoria continuará, ainda, a realizar o monitoramento mensal dos planos de ação para implementação das melhorias priorizadas pela Administração na

Avaliação das Eleições de 2024, os quais deverão estar concluídos até o próximo pleito.

Riscos associados ao objetivo

Seguem alguns riscos que podem contribuir para o baixo desempenho do indicador:

1 – Dimensionamento equivocado dos prazos previstos para o início e fim das atividades previstas nos Planos de Ação.

2 - Atraso na execução das atividades previstas no Plano, o que desencadeia atrasos na implementação das ações necessárias ao desenvolvimento das

atividades das zonas eleitorais e/ou de outras unidades;

3 – Dificuldade na identificação da necessidade de readequação dos prazos previstos nos planos de ação construídos para implementação das melhorias oriundas da Avaliação das

Eleições;

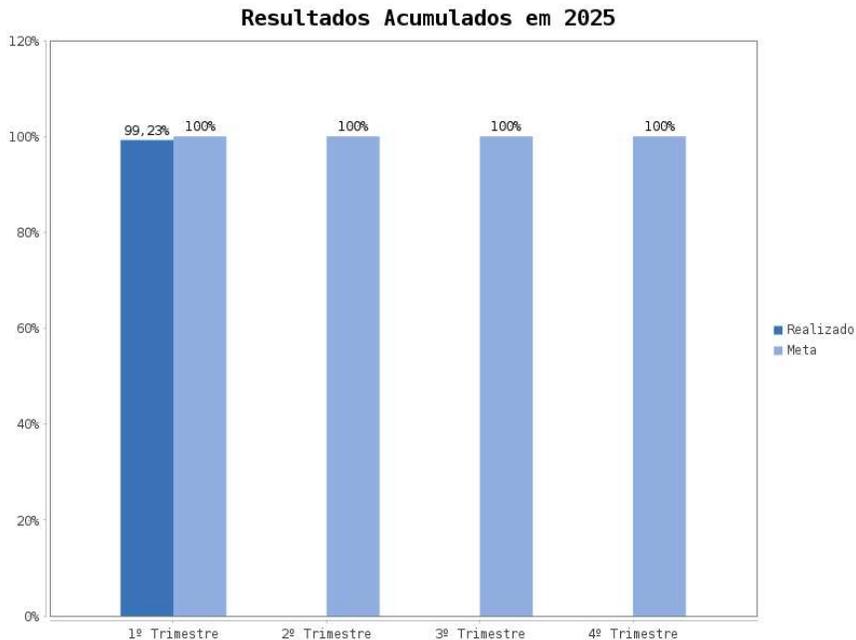
4 – Não identificação, pelas unidades responsáveis, da necessidade de dar andamento aos planos de ação sob suas responsabilidades, assim como de encaminhar à Asplrel, no

prazo assinalado para tanto, os reportes mensais;

5 – Alterações significativas na legislação eleitoral ou nos normativos e/ou na estrutura deste TRE-RJ, que de alguma forma, possam impactar o trabalhos

relacionados às eleições gerais.

**OE 04 - Garantir agilidade e efetividade na prestação jurisdicional**  
**Desempenho do Período: 99,23%**



**Responsável: SGPR.**

Análise de contexto

Fechado sem análise.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Fechado sem análise.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Fechado sem análise.

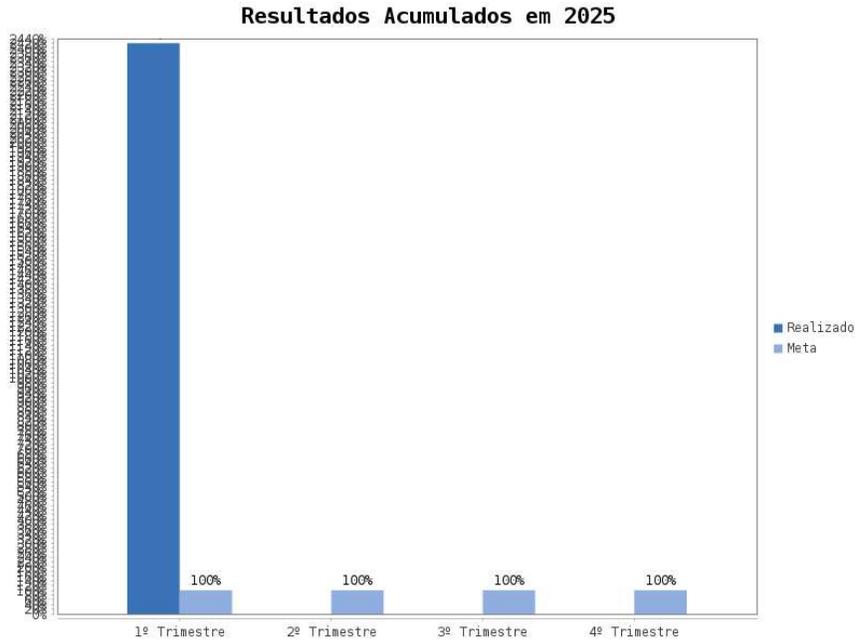
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Fechado sem análise.

Riscos associados ao objetivo

Fechado sem análise.

**IE 13 - Taxa de atendimento à demanda – 1º grau**  
**Desempenho do Período: 2.420,28%**



**Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SVPCRE.**

**Análise de contexto**

Este indicador verifica se a unidade judiciária foi capaz de baixar processos na mesma quantidade em que houve de ingresso de casos. O ideal é que o percentual de 100% seja atingido e mantido para evitar o acúmulo de casos pendentes. O IAD é um indicador do CNJ, também cobrado no Prêmio CNJ de Qualidade.

Em análise aos ingressos e baixas processuais referentes ao 1º trimestre de 2024, temos os seguintes dados extraídos do Atena — Indicadores):

- Casos Novos: Janeiro - 68 / Fevereiro - 71 / Março - 79
- Processos baixados: Janeiro - 1.167 / Fevereiro - 2.134 / Março - 1.951

No final do 4º trimestre de 2024, tínhamos 18.793 processos pendentes de julgamento e baixa. Já no final do 1º trimestre de 2025, estávamos com 13.800 processos pendentes de julgamento e baixa. Vale ressaltar que ocorreu a baixa de 5.252 processos neste mesmo período.

Houve uma melhora no indicador devido ao número de baixas processuais (5.252) em contraponto ao quantitativo de casos novos (218) no mesmo período, alcançando o cumprimento de 2.420,28%, muito melhor que o 4º trimestre de 2024, que foi de 64,83%. Vale lembrar que o cumprimento da meta deste indicador é de 100%.

**Ações realizadas no último período e resultados obtidos**

As ações são em torno do monitoramento dos cartórios eleitorais acerca de tramitação processual, assim como de auxílio e orientações referentes às dúvidas sobre autuação e processamento no PJe.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Dos 13.800 processos pendentes, os maiores acervos são de processos de Ação de Investigação Judicial Eleitoral (210), Ação Penal (249), Prestação de Contas Anuais (508 pendentes), Requerimento de Regularização de Omissão de Prestação de Contas Anual e Eleitorais (656 pendentes) e Prestação de Contas Eleitorais pendentes (9.202).

Entretanto, considerando que 2025 não será ano eleitoral, as Zonas Eleitorais poderão concentrar seus esforços na análise processual, debruçando-se no processamento dos feitos, julgamento e baixa dos processos judiciais. Diante da análise do 1º trimestre, vê-se que o desempenho e a produtividade estão se dando de forma exitosa. Mas, não se pode perder de vista que as Zonas Eleitorais permanecem com o necessário atendimento ao público, incluindo a realização da biometria, entre diversas atividades cartorárias, concomitante à gestão processual.

**Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas**

A criação do painel BI no Metabase para análise gerencial e acompanhamento mais metódico de todos os processos pendentes na Meta 1 (Julgar mais processos que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente), Meta 2 (Julgar processos mais antigos) e Meta 4 (Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais) para contribuir na melhora do desempenho de vários indicadores diretamente ligados à gestão e celeridade processual. Com este painel, a VPCRE poderá auxiliar as Zonas Eleitorais, indicando, especificamente, quais processos estão impactando cada meta nacional.

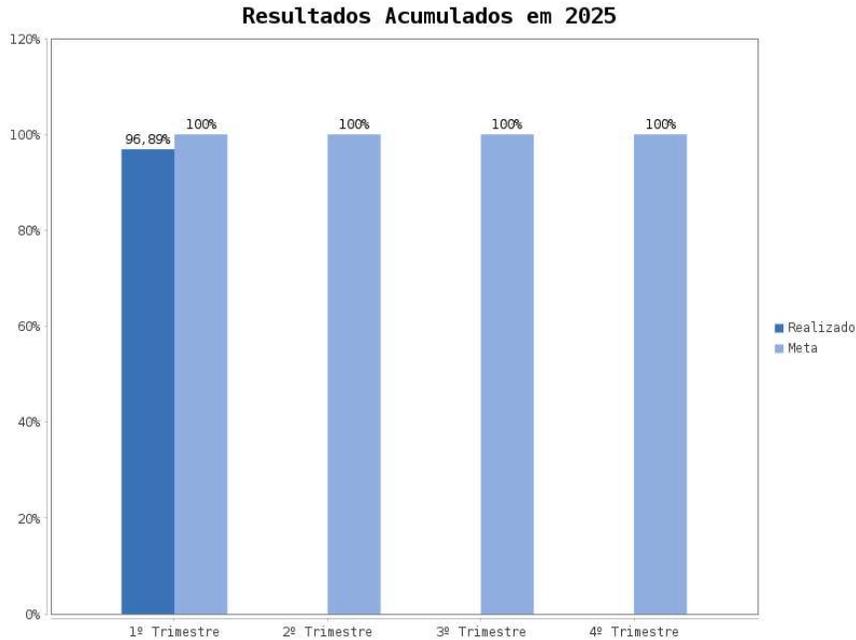
Por fim, Há um planejamento para o ano de 2025 que engloba diversas ações visando o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional com foco na produtividade e na celeridade processual.

Riscos associados ao objetivo

Não cumprimento do Índice de Atendimento à Demanda. Aumento do acervo processual. Falta de celeridade processual.

## IE 14 - Taxa de atendimento à demanda – 2º grau

### Desempenho do Período: 96,89%



**Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SJD.**

#### Análise de contexto

O Índice de Atendimento à Demanda (IAD) indica a capacidade do Poder Judiciário em dar vazão em, pelo menos, o mesmo número de processos ingressados, situação em que o indicador atinge o valor igual ou superior a 100%.

Na presente análise, portanto, são somados os casos de conhecimento e de execução que ingressaram no âmbito do 2º grau de jurisdição ao longo do 1º trimestre de 2025, contrapondo-se tal número com o quantitativo de processos de mesma natureza que foram baixados no período.

Observa-se, portanto, que o trimestre em análise foi marcado por um menor número de dias úteis em razão do recesso forense e dos feriados de carnaval, caracterizando-se, ainda, pelo último mês da gestão do Presidente Henrique Carlos Figueira em março, com a subsequente posse do Des. Presidente Peterson Barroso Simão.

Importante esclarecer que as variáveis informadas no sistema GERIR são alimentadas a partir de dados estatísticos levantados no QlikSense, cabendo observar que há diferenças entre os valores indicados para as variáveis do sistema QlikSense e Metabase, sendo que o resultado apontado pelo Metabase indica o atingimento de índice superior aos 100%, ao passo que para o QlikSense - cujos dados foram lançados no sistema GERIR - foi alcançado o percentual de 96,89%. De qualquer modo, em ambas as hipóteses o desempenho para o indicador deve ser considerado “Ótimo”, de acordo com as metas estabelecidas para o trimestre em análise.

De acordo com dados extraídos do sistema Metabase, do total de 321 casos novos autuados no 2º grau nesse período, foi constatado o ingresso majoritariamente de recursos eleitorais (260 novas autuações), tendo como processos originários principalmente as Prestações de Contas Eleitorais (164 REI em PCE), seguidos dos recursos originados em Representações (47 REI em PCE), além de 23 advindos de AIJEs, entre outros.

Ainda de acordo com a mesma plataforma, em compensação, foram baixados 379 processos no 1º trimestre de 2025, o que permitiu alcançar índice acima dos 100% para o indicador, superando a meta estabelecida para o 4º trimestre, atingindo desempenho considerado “Ótimo” para o período.

#### Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Manteve-se o monitoramento constante dos processos em trâmite no 2º grau e, a partir de controles elaborados pela SJD em painéis BI e dashboards no sistema Metabase, foi possível estabelecer a organização de ordens de prioridade na apreciação de processos/recursos pela Corte, traçando-se orientações específicas voltadas à manutenção do indicador em níveis positivos.

Tais medidas, em conjunto com os demais esforços institucionais e o empenho dos servidores e servidoras, vem se refletindo na manutenção do índice sob desempenho considerado Ótimo ao longo do trimestre em questão.

Nesse período, foi priorizada a elaboração de Painel BI, em conjunto com a VPCRE e STI, voltado à consulta direta pelas unidades julgadoras (zonas eleitorais e gabinetes de magistrados) que permita o acompanhamento da evolução mensal das metas nacionais do CNJ, a visualização dos processos já apreciados por aquela unidade no período e os feitos pendentes de julgamento que impactem nas referidas metas, assim como identificar os processos judiciais que porventura estejam simultaneamente inseridos em mais de uma meta nacional, concentrando tais informações em ferramenta de simples visualização, que auxilie no planejamento e gestão dos indicadores de resultados, em conformidade com o glossário de metas do Conselho Nacional de Justiça.

O percentual de atingimento da meta se manteve acima dos 100% durante os o ano de 2024 e manteve-se no patamar considerado “Ótimo” no desempenho do primeiro trimestre de 2025.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Foi verificado o aumento progressivo do número de processos que devem atingir a fase recursal no próximo trimestre, decorrentes do julgamento dos processos relativos às eleições municipais de 2024 pelos Juízos de primeiro grau de jurisdição.

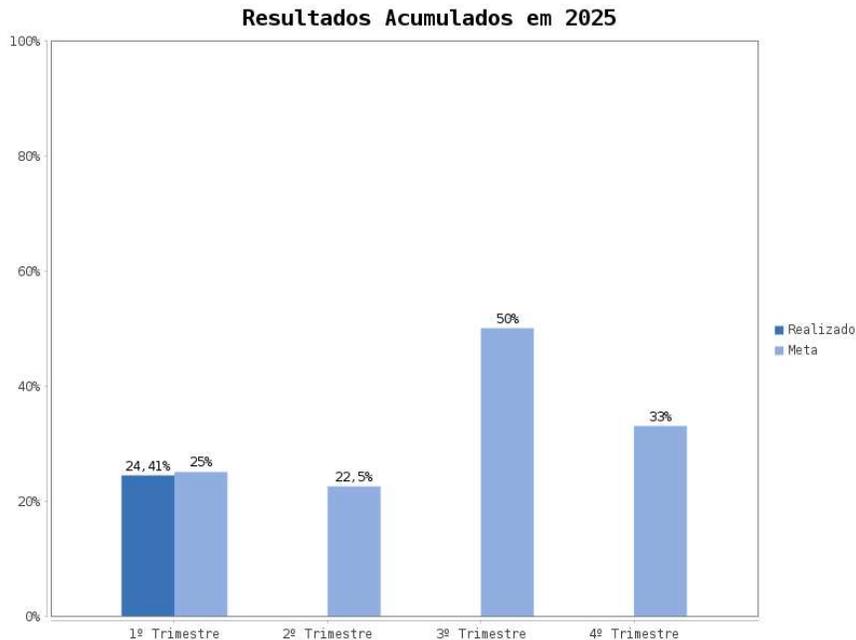
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Retomada do projeto que prevê a implementação RPA para automatizar publicações e remessas em processos judiciais, reduzindo custos, erros e aumentando a celeridade e a eficiência da prestação jurisdicional, que foi temporariamente suspensa durante a priorização pela TI da elaboração do painel BI das metas nacionais, acima citado, mostra-se relevante medida em busca da melhoria dos índices de celeridade na tramitação dos processos no âmbito do 2º grau.

Riscos associados ao objetivo

A deficiência ou demora na reposição da força de trabalho em algumas unidades ligadas aos processamento ou de apoio às sessões de julgamento da Corte podem impactar nos números do indicador IAD e, por via reflexa, na pontuação deste e de outros requisitos do Prêmio CNJ de Qualidade 2025.

**IE 15 - Taxa de congestionamento líquida de feitos judiciais – 1º grau**  
**Desempenho do Período: 102,36%**



**Polaridade: Quanto menor melhor. Responsável: SVPCRE.**

**Análise de contexto**

Preliminarmente, vale destacar que a meta deste indicador foi alterada 25%, seguindo o que é exigido na portaria do Prêmio CNJ de Qualidade.

Este indicador analisa o percentual de processos que permanecem pendentes de baixa ao final do período-base em relação ao total de processos que tramitou em um ano. São excluídos do cálculo os suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório. A taxa de congestionamento é um indicador do CNJ, também cobrado no Prêmio CNJ de Qualidade.

**Vale destacar**

Em análise aos ingressos e baixas processuais referentes ao 4º trimestre de 2024, temos os seguintes dados:

- Casos Novos: Janeiro - 68 / Fevereiro - 71 / Março - 79
- Casos Suspensos: Janeiro - 4.167 / Fevereiro - 3.696 / Março - 3.176
- Processos baixados: Janeiro - 1.167 / Fevereiro - 2.134 / Março - 1.951

No final do 4º trimestre de 2024, tínhamos 18.793 processos pendentes de julgamento e baixa. Já no final do 1º trimestre de 2025, estávamos com 13.800 processos pendentes de julgamento e baixa. Vale ressaltar que ocorreu a baixa de 5.252 processos neste mesmo período. Além disso, a quantidade de processos suspensos/sobrestados caiu de 4.946 em dezembro de 2024 para 3.176 em Março de 2025.

Perante este cenário, houve uma melhora muito expressiva no indicador devido ao número de casos novos (218) em contraponto ao quantitativo de baixas processuais (5.252) e suspensos/sobrestados (3.176) no mesmo período, alcançando o cumprimento de 102,36% da meta, que era de 25% e o resultado foi de 24,41%. Lembrando que a medição deste indicador é “quanto menor, melhor”. Então, quanto menor for o resultado, melhor será o alcance da meta.

**Ações realizadas no último período e resultados obtidos**

As ações são em torno do monitoramento dos cartórios eleitorais acerca de tramitação processual, assim como de auxílio e orientações referentes às dúvidas sobre autuação e processamento no PJe.

**Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)**

Dos 13.800 processos pendentes, os maiores acervos são de processos de Ação de Investigação Judicial Eleitoral (210), Ação Penal (249), Prestação de Contas Anuais (508 pendentes), Requerimento de Regularização de Omissão de Prestação de Contas Anual e Eleitorais (656 pendentes) e Prestação de Contas Eleitorais pendentes (9.202).

Entretanto, considerando que 2025 não será ano eleitoral, as Zonas Eleitorais poderão concentrar seus esforços na análise processual, debruçando-se no processamento dos feitos, julgamento e baixa dos processos judiciais. Diante da análise do 1º trimestre, vê-se que o desempenho e a produtividade estão se dando de forma exitosa. Mas, não se pode perder de vista que as Zonas Eleitorais permanecem com o necessário atendimento ao público, incluindo a realização da biometria, entre diversas atividades cartorárias, concomitante à gestão processual.

**Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas**

A criação do painel BI no Metabase para análise gerencial e acompanhamento mais meticuloso de todos os processos pendentes nas Metas CNJ 1 (Julgar mais processos que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente), 2 (Julgar processos mais antigos) e 4 (Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a Administração Pública,

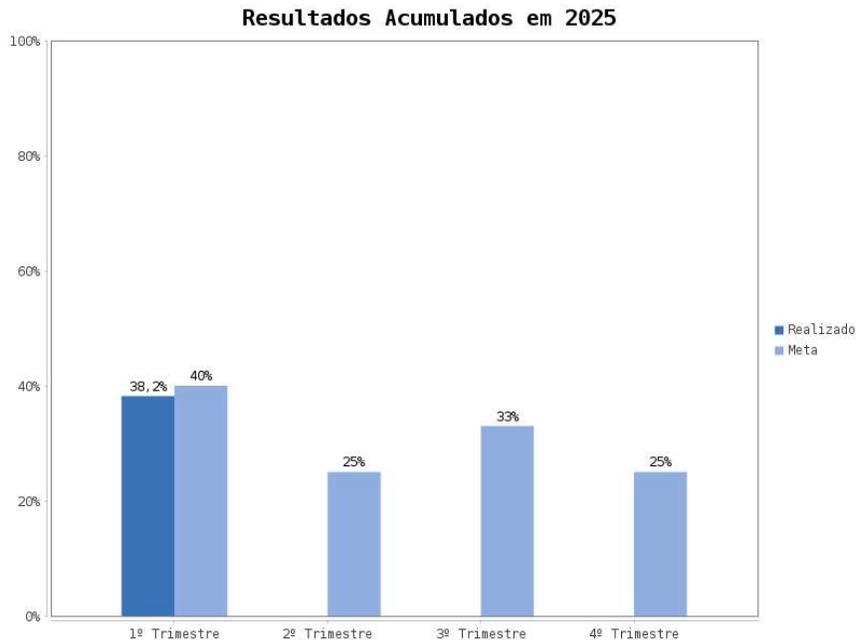
à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais) para contribuir na melhora do desempenho de vários indicadores diretamente ligados à gestão e celeridade processual. Com este painel, a VPCRE poderá auxiliar as Zonas Eleitorais, indicando, especificamente, quais processos estão impactando cada meta nacional.

Por fim, Há um planejamento para o ano de 2025 que engloba diversas ações visando o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional com foco na produtividade e na celeridade processual.

Riscos associados ao objetivo

Aumento do acervo processual. Falta de celeridade processual.

**IE 16 - Taxa de congestionamento líquida de feitos judiciais - 2º grau**  
**Desempenho do Período: 104,50%**



**Polaridade: Quanto menor melhor. Responsável: SJD.**

**Análise de contexto**

A Taxa de Congestionamento Líquida (TCL) indica o percentual de processos que, no período de 12 meses, permaneceu em tramitação sem solução definitiva. São desconsiderados os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório e as execuções fiscais.

Na presente avaliação são considerados apenas os processos de 2º grau para o indicador, somando-se os casos de conhecimento e de execução judicial não fiscal.

Observa-se, portanto, que o trimestre em análise foi marcado por um menor número de dias úteis em razão do recesso forense e dos feriados de carnaval, caracterizando-se, ainda, pelo último mês da gestão do Presidente Henrique Carlos Figueira em março, com a subsequente posse do Des. Presidente Peterson Barroso Simão.

Em que pese a intenção de buscar melhoria dos índices de congestionamento dos processos nesta Corte, os valores estabelecidos como meta para o primeiro trimestre de 2025 foram fixados em patamares excessivamente baixos e considerados em tese inexecutáveis, uma vez que desconsideraram os impactos que normalmente são experimentados pelo Tribunal nesse período do ano, em virtude do recesso forense, dos feriados e do aumento do quantitativo de processos ingressados no 2º grau nos últimos 12 meses a partir das eleições municipais de 2024, com significativos impactos na TCL.

Para ilustrar a disparidade dos números sugeridos como patamar da meta TCL deste 1º trimestre (40% de congestionamento líquido, ou seja, dos processos que não receberam julgamento definitivo nos últimos 12 meses), insta-nos registrar o histórico das metas delineadas no mesmo período para os anos antecedentes, quando as metas já não conseguiam atingir o desempenho "Ótimo":

1º trimestre 2022 - Meta 58,80% - Resultado: 84,10% - Desempenho: "Insatisfatório"

1º trimestre 2023 - Meta 90,40% - Resultado: 94,80% - Desempenho: "Satisfatório"

1º trimestre 2024 - Meta 80,00% - Resultado: 81,16% - Desempenho: "Satisfatório"

1º trimestre 2025 - Meta 40,00% - Resultado: 78,62% - Desempenho: "Insatisfatório"

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Manteve-se o monitoramento constante dos processos em trâmite no 2º grau e, a partir de controles elaborados pela SJD em painéis BI e dashboards no sistema Metabase, foi possível estabelecer a organização de ordens de prioridade na apreciação de processos/recursos pela Corte, traçando-se orientações específicas voltadas à manutenção do indicador em níveis positivos.

Nesse período, foi priorizada a elaboração de Painel BI, em conjunto com a VPCRE e STI, voltado à consulta direta pelas unidades julgadoras (zonas eleitorais e gabinetes de magistrados) que permita o acompanhamento da evolução mensal das metas nacionais do CNJ, a visualização dos processos já apreciados por aquela unidade no período e os feitos pendentes de julgamento que impactem nas referidas metas, assim como identificar os processos judiciais que porventura estejam simultaneamente inseridos em mais de uma meta nacional, concentrando tais informações em ferramenta de simples visualização, que auxilie no planejamento e gestão dos indicadores de resultados, em conformidade com o glossário de metas do Conselho Nacional de Justiça.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Foi verificado o aumento progressivo do número de processos que devem atingir a fase recursal no próximo trimestre, decorrentes do julgamento dos processos relativos às eleições municipais de 2024 pelos Juízos de primeiro grau de jurisdição.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

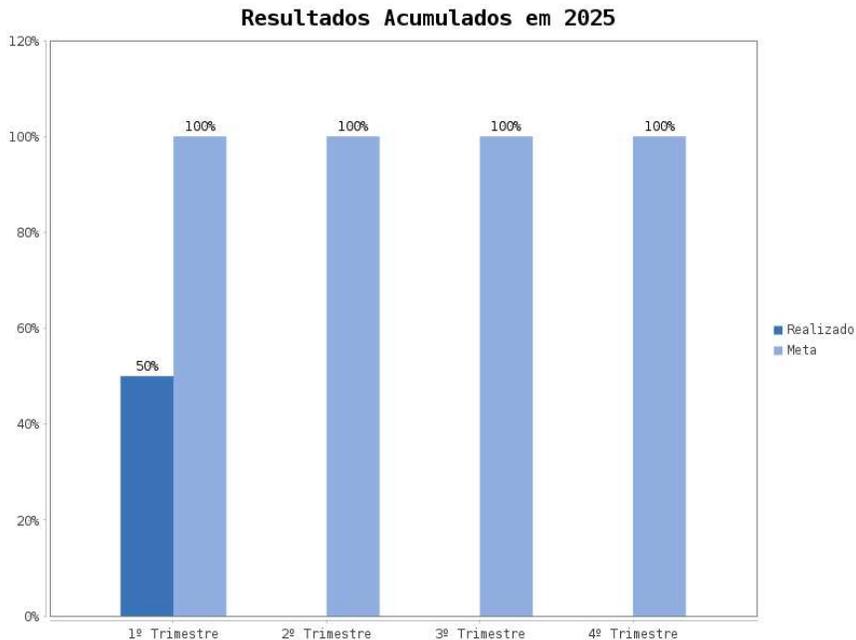
Retomada do projeto que prevê a implementação RPA para automatizar publicações e remessas em processos judiciais, reduzindo custos, erros e aumentando a celeridade e a eficiência da prestação jurisdicional, que foi temporariamente suspensa durante a priorização pela TI da elaboração do painel BI das metas nacionais, acima citado, mostra-se relevante medida em busca da melhoria dos índices de celeridade na tramitação dos processos no âmbito do 2º grau.

Riscos associados ao objetivo

A deficiência ou demora na reposição da força de trabalho em algumas unidades ligadas aos processamento ou de apoio às sessões de julgamento da Corte podem impactar nos números do indicador TCL e, por via reflexa, na pontuação deste e de outros requisitos do Prêmio CNJ de Qualidade 2025.

**OE 05 - Combater os ilícitos eleitorais**

**Satisfatório Desempenho do Período: 50,00%**



**Responsável: SGPR.**

Análise de contexto **Fechado sem análise.**

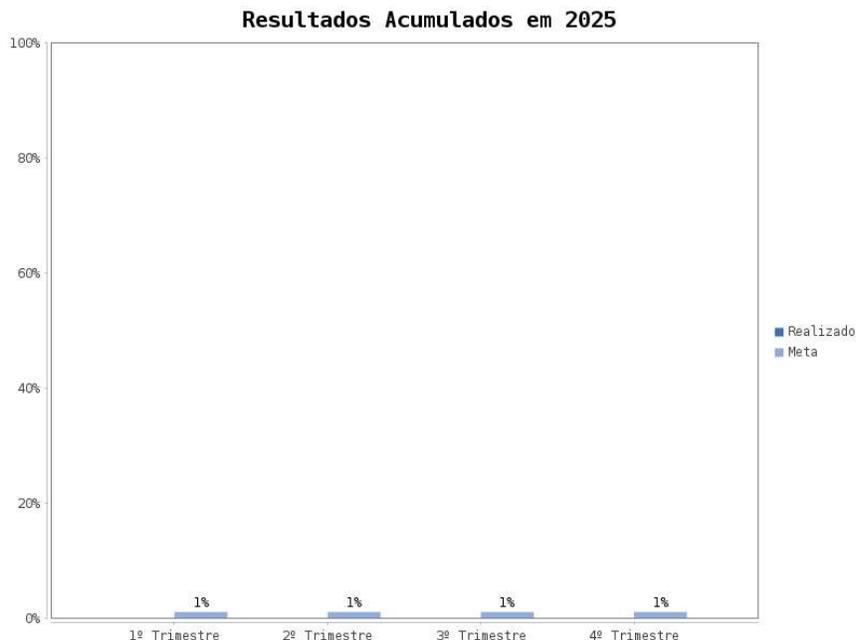
Ações realizadas no último período e resultados obtidos **Fechado sem análise.**

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) **Fechado sem análise.**

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas **Fechado sem análise.**

Riscos associados ao objetivo **Fechado sem análise.**

**IE 17 - Taxa de julgamento no tempo médio razoável - 1º Grau**  
**Desempenho do Período:**



**Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SVPCRE.**

**Análise de contexto**

A revisão do indicador será apreciada na próxima reunião do CGE

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

A revisão do indicador será apreciada na próxima reunião do CGE

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A revisão do indicador será apreciada na próxima reunião do CGE

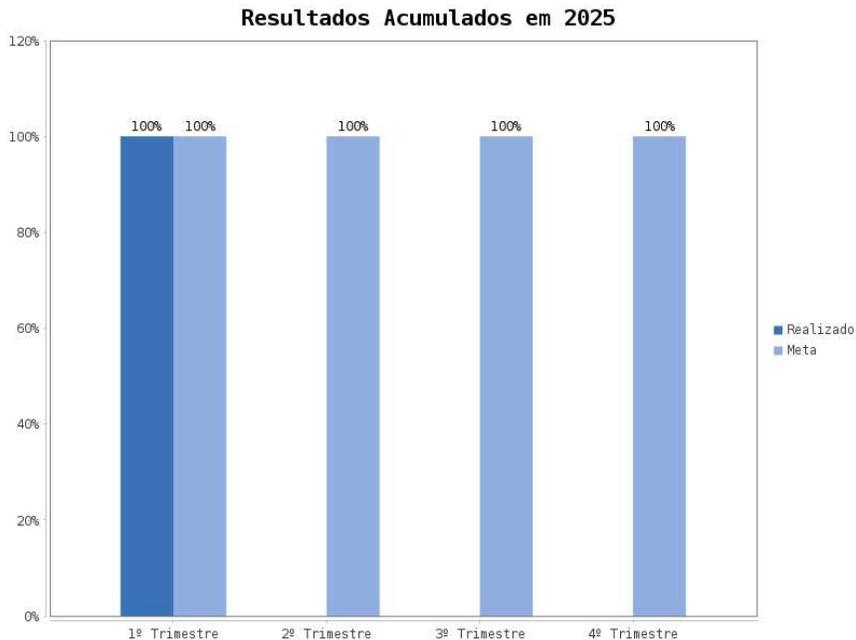
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A revisão do indicador será apreciada na próxima reunião do CGE

Riscos associados ao objetivo

A revisão do indicador será apreciada na próxima reunião do CGE

**OE 07 - Aprimorar a gestão da comunicação e do relacionamento institucional**  
**Desempenho do Período: 100,00%**



**Responsável: COSOC.**

Análise de contexto **Fechado sem análise.**

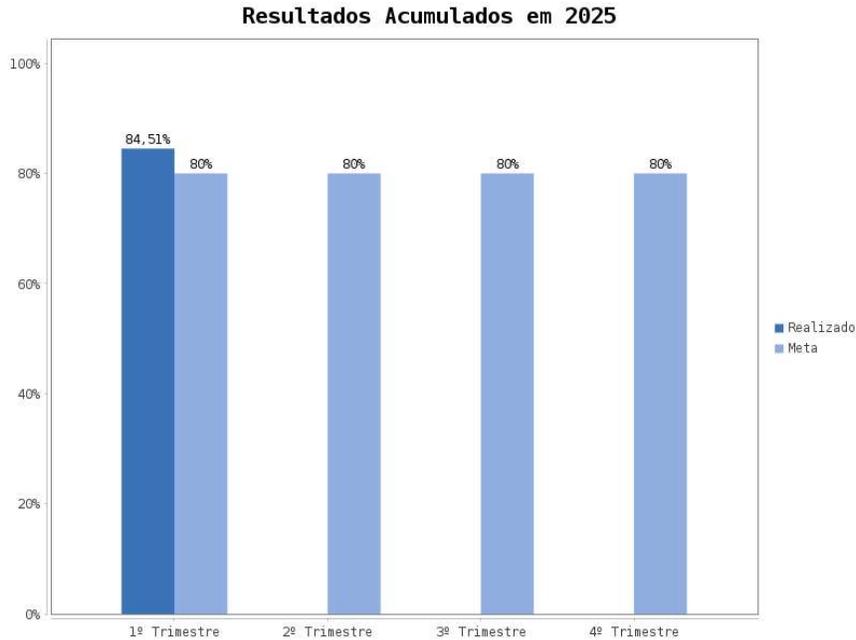
Ações realizadas no último período e resultados obtidos **Fechado sem análise.**

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) **Fechado sem análise.**

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas **Fechado sem análise.**

Riscos associados ao objetivo **Fechado sem análise.**

**IE 23 - Taxa de resposta à imprensa no prazo**  
**Desempenho do Período: 105,63%**



**Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SECJOR.**

**Análise de contexto**

No primeiro trimestre de 2025, a taxa das demandas de jornalistas respondidas dentro do prazo teve registro de 84,51%, acima, portanto, da meta de 80%, estabelecida para o período. O percentual de alcance da meta está em 105,63%, o que é considerado ótimo em termos de desempenho.

**Ações realizadas no último período e resultados obtidos**

Não foi realizada nenhuma ação específica. No entanto, foram mantidos os protocolos gerais do setor, como manutenção da caixa do correio eletrônico sempre aberta durante o horário de expediente e monitoramento constante das mensagens.

**Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)**

Como não estamos em ano eleitoral e não há nenhuma grande campanha/divulgação prevista, a tendência é que o volume de demandas se mantenha estável, podendo variar caso ocorra alguma decisão judicial de repercussão jornalística ou ação institucional de interesse externo.

Das 71 demandas recebidas, 11 não foram atendidas no prazo. Dessas, três foram recebidas fora do horário de expediente ou no recesso; seis foram encaminhadas ao setor técnico sem retorno dentro do prazo e duas foram encaminhadas para a Coordenadoria de Comunicação Social para análise sem retorno dentro do prazo.

**Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas**

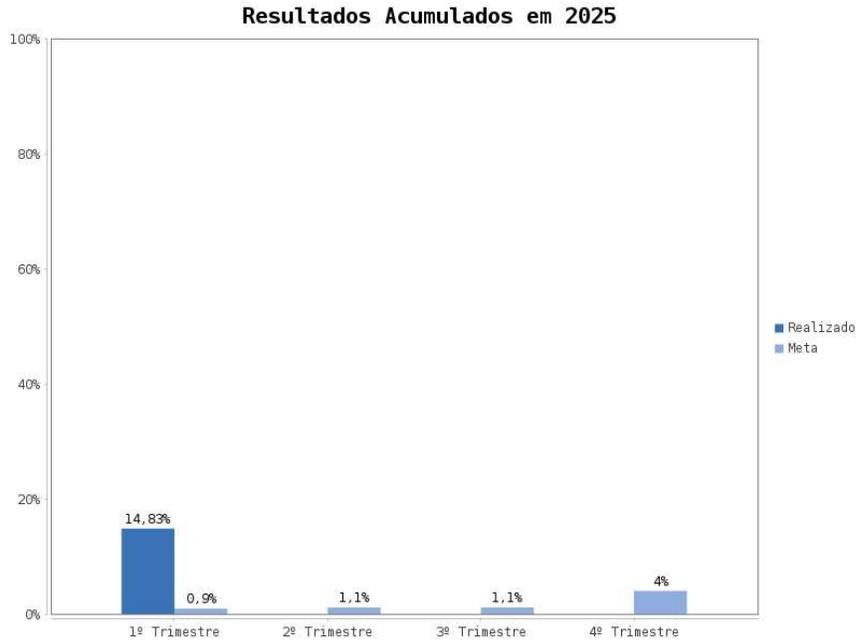
Não há, no momento, nenhuma proposta de melhoria.

**Riscos associados ao objetivo**

É fundamental que tenhamos mais estrutura de pessoal para que possamos obter um padrão rotineiro e seguro de atendimento aos jornalistas dentro do prazo, sem correremos riscos, devido a circunstâncias eventuais.

**IE 24 - Taxa de alcance das mídias sociais**

**Desempenho do Período: 1.648,12%**



**Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SECAMP.**

**Análise de contexto**

As ações realizadas neste 1º trimestre inserem-se num contexto em que o interesse do público pelos temas de atuação da Justiça Eleitoral tende a diminuir de forma significativa, por se tratar do início de um ano não eleitoral.

**Ações realizadas no último período e resultados obtidos**

Neste período, não obstante os desafios relacionados ao contexto já mencionado, conseguimos manter um desempenho bastante significativo nas redes, com quase 2 milhões de pessoas alcançadas no trimestre. Isso se deve às ações desta Secamp, que, além de continuar apostando nas tendências (trends), ainda aproveitou eventos relevantes nas redes, como a indicação do filme nacional "Ainda Estou Aqui" ao Oscar, para criar postagens criativas com os dedoches da campanha da biometria. Outra estratégia muito bem-sucedida foi a produção de conteúdo voltado para os fãs da cultura pop coreana (k-pop), de perfil jovem e extremamente engajado nas redes sociais. Uma parcela do desempenho, em especial no Facebook, também se deve ao impulsionamento de posts para as ações da Justiça Eleitoral Itinerante em cidades no interior do estado, com postagens direcionadas exclusivamente para aquelas populações.

**Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)**

A tendência é de queda nos índices, uma vez que, em anos não eleitorais, o interesse do público sobre o tema diminui bastante. Contudo, acreditamos que, por meio de ações criativas, parcerias e outras iniciativas conseguiremos manter um desempenho bastante interessante, alcançando, ou mesmo superando, as metas propostas.

**Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas**

Manter a estratégia de pesquisa de trends e de uso da urna eletrônica como personagem

Buscar parcerias para realização de collabs no Instagram

Promover postagens por meio de impulsionamento (posts pagos)

Identificação de posts/temas que obtiveram bom alcance junto ao público, de modo a nortear a elaboração/publicação de posts no futuro.

**Riscos associados ao objetivo**

Queda no interesse do público pelas mídias sociais.

Mudanças nos algoritmos das empresas de mídia social.

**OE 08 - Aprimorar a gestão administrativa e a governança institucional**  
**Satisfatório Desempenho do Período: 75,50%**



**Responsável: SGPR.**

Análise de contexto **Fechado sem análise.**

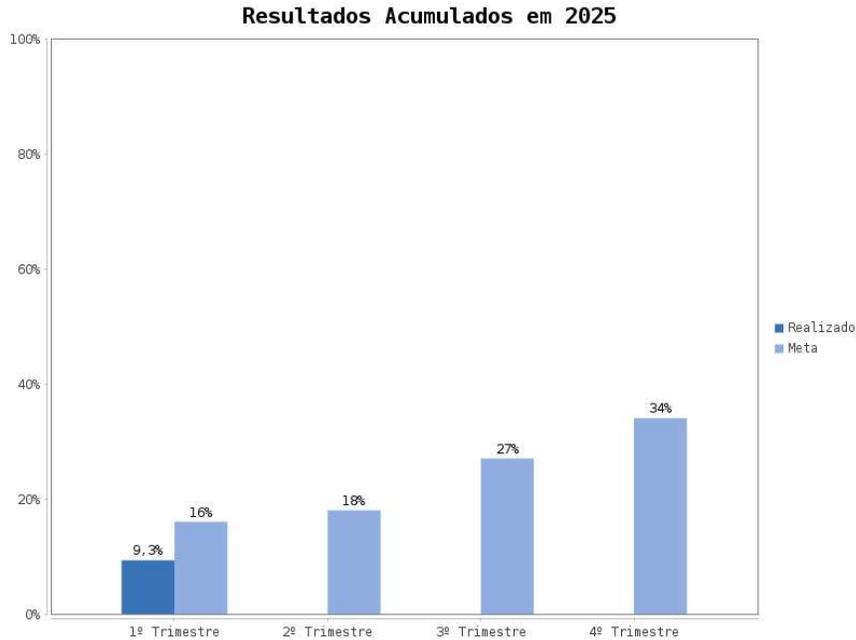
Ações realizadas no último período e resultados obtidos **Fechado sem análise.**

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) **Fechado sem análise.**

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas **Fechado sem análise.**

Riscos associados ao objetivo **Fechado sem análise.**

**IE 28A - Taxa de processos com riscos geridos**  
**Satisfatório Desempenho do Período: 58,14%**



**Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASGERI.**

**Análise de contexto**

Os trabalhos para a implantação da gestão de riscos de assédio e discriminação encontram-se suspensos, com previsão de serem retomados no segundo semestre. Já a implantação da gestão de riscos de segurança da informação permanece em fase de desenvolvimento, com previsão de conclusão no segundo trimestre.

Não tendo sido concluída nenhuma das duas implantações, permanecem os mesmos 4 (quatro) processos de segundo nível com a gestão de riscos implementada: 1) Gerir contratações; 2) Gerir ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação; 3) Gerir operações de TI; 4) Gerir desenvolvimento e implantação de soluções de TI.

Os monitoramentos dos riscos de contratações e de TIC continuam sendo executados pelos respectivos gestores e divulgados no Portal de Riscos.

Na última reunião do Comitê de Gestão de Riscos realizada em 08/04/2025, foi aprovado o Plano de Melhoria da Gestão de Riscos do TRE-RJ 2025-2026, onde está planejada a implantação da gestão de riscos dos processos de eleição, o que incrementará o número de processos com riscos geridos.

Também contribuirá para a evolução da gestão de riscos do Tribunal o projeto de implantação do Programa de Integridade do TRE-RJ, a partir do qual outros processos passarão a ter seus riscos geridos, de acordo com a avaliação do contexto de integridade da instituição e das prioridades definidas pelo programa.

A dedicação das servidoras da ASGERI no desenvolvimento de outras atividades durante o último trimestre, especialmente na elaboração do Relatório de Gestão do TRE-RJ, implicou em atrasos nos cronogramas planejados, o que impossibilitou o avanço do indicador.

**Ações realizadas no último período e resultados obtidos**

Não há ações ou resultados a destacar no último período.

**Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)**

De acordo com o planejamento das ações para a melhoria da gestão de riscos previsto no Plano de Melhoria da Gestão de Riscos do TRE-RJ 2025-2026, há expectativa de evolução do indicador apenas a partir do segundo semestre.

Ainda que a implantação da gestão de riscos de segurança da informação esteja concluída ao final do segundo trimestre, não irá abarcar muitos processos, uma vez que num primeiro momento será implementada com base em eventos em nível estratégico e não com base em ativos/processos.

Assim, há uma tendência de queda do resultado do indicador nos próximos ciclos, podendo evoluir no último ciclo do exercício.

**Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas**

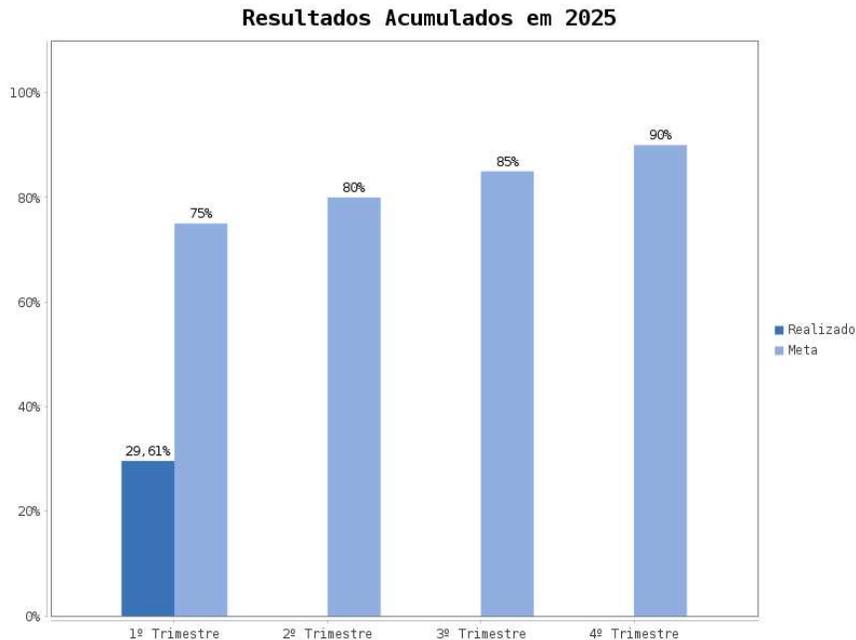
Priorizar dentro de cada unidade envolvida os trabalhos de implantação da gestão de riscos planejadas no Plano de Melhoria da Gestão de Riscos do TRE-RJ 2025-2026; Redefinir as atribuições ou a estrutura da ASGERI para que possa dedicar mais esforços às ações e atividades voltadas à gestão de riscos.

**Riscos associados ao objetivo**

Mudanças na Arquitetura de Processos, que diminuam ou aumentem o quantitativo de processos de segundo nível; Alteração dos gestores dos processos que possuem gestão de riscos implementada; Indisponibilidade das unidades envolvidas na implantação da

gestão de riscos;Funcionalidades rígidas na ferramenta de gestão de riscos (que está em processo de licitação no TSE) que importem alterações no processo de gestão de riscos atualmente estabelecido.

**IE 34A - Taxa de aderência das contratações ao Plano de Contratações Anual (PCA)  
Desempenho do Período: 39,48%**



**Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SAD.**

**Análise de contexto**

O Plano de Contratações Anual (PCA) relacionava 45 contratações que deveriam ser concluídas durante o 1º trimestre de 2025. Destas, 13 foram concluídas, 15 estão em andamento, 09 ainda não foram iniciadas, 01 foi adiada e 07 foram canceladas. Os atrasos decorrem, principalmente, da etapa de planejamento da contratação (mais especificamente, na elaboração do termo de referência da contratação), sob responsabilidade das unidades demandantes, impactando, por conseguinte, as demais etapas. Além disso, foram iniciadas 28 contratações não planejadas, para atender a demandas extraplano, afetando, também, o processo administrativo das contratações.

**Ações realizadas no último período e resultados obtidos**

Mesmo com a intensificação de ações de conscientização, publicação de banners na intranet, contatos telefônicos e por e-mail com as unidades demandantes para o preenchimento da planilha do PCA, o indicador apresentou resultado inferior ao histórico para o período de medição. Ao longo do ano a previsão é de melhora, tendo em vista que ações mais concretas de acompanhamento das contratações ocorrerão, como reuniões presenciais com gestores para explicar a importância da aderência das contratações aos prazos previstos no PCA e o seu correto registro na planilha.

**Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)**

Apesar das contratações necessárias à mudança para o edifício Sulacap não estarem previstas no PCA 2025, causando um impacto negativo no indicador, ainda sim, a tendência é de melhora ao longo do ano, devido a cada vez maior familiaridade com o PCA pelas unidades demandantes, o que influencia no cumprimento dos prazos previstos para as contratações e no correto preenchimento da planilha. Além disso, melhorias contínuas em etapas do macroprocesso de contratações também afetam positivamente o indicador.

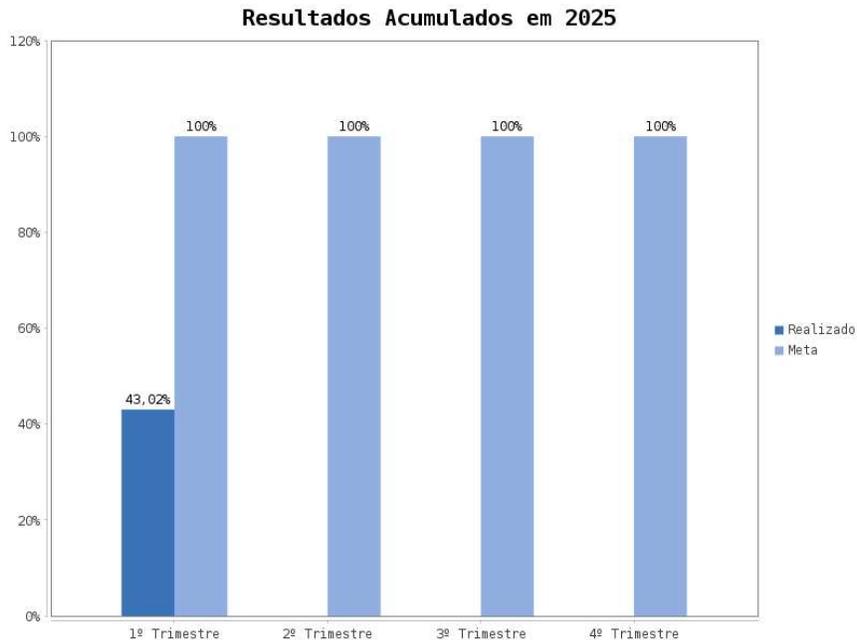
**Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas**

Ações de conscientização para aderir aos prazos inicialmente planejados e para o correto preenchimento da planilha, através de contatos contínuos com as unidades demandantes, por e-mail e por telefone, assim como com a publicação de banners na intranet direcionados às unidades gestoras de recursos.

**Riscos associados ao objetivo**

Não conclusão das contratações no período previsto, impactando o objeto da contratação e o orçamento do ano corrente.

**OE 09 - Promover a gestão de informações de forma padronizada, segura e transparente**  
**Desempenho do Período: 43,02%**



**Responsável: SAD.**

Análise de contexto Fechado sem análise.

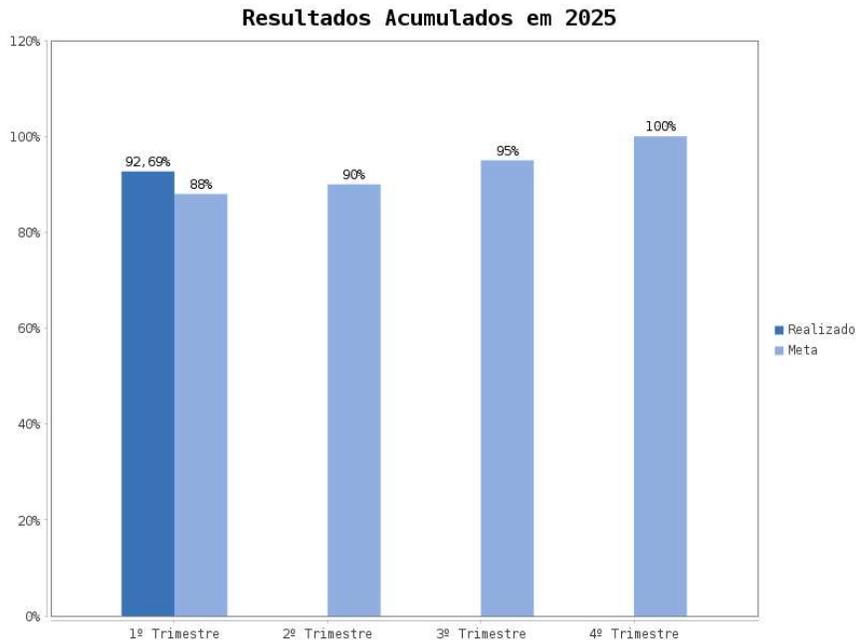
Ações realizadas no último período e resultados obtidos Fechado sem análise.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Fechado sem análise.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Fechado sem análise.

Riscos associados ao objetivo Fechado sem análise.

**IE 36 - Taxa de assentamentos funcionais de servidores ativos e inativos digitalizados**  
**Desempenho do Período: 105,33%**



**Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEPRES.**

**Análise de contexto**

Ocorreram avanços no processo de digitalização da documentação oriunda da SECINP, sendo um total de 20 (vinte) metros lineares de pastas de pensionistas deste Tribunal. Até a elaboração do presente relatório, no trimestre em tela, foram digitalizados entre 2 (dois) até 3 (três) metros lineares de pastas de pensionistas. O progresso só não foi maior em virtude da fragilidade da documentação enviada que se mantém presente, a qual demanda uma restauração executada pelos arquivistas contratados. A referida restauração da documentação pelos arquivistas tornou-se algo rotineiro. Somente após essa restauração na parte física, pode-se proceder a digitalização da documentação pelos operadores de escâner, os quais, também, executam atividades com a finalidade de melhorar a imagem da documentação digitalizada. Após isso, segue para os procedimentos de conferência realizados pelos arquivistas com o objetivo de garantir a melhor qualidade das imagens digitalizadas.

**Ações realizadas no último período e resultados obtidos**

No período em análise foi realizada apenas a digitalização das pastas de pensionistas enviadas pela SECINP. O progresso foi lento tendo em vista a fragilidade da documentação trabalhada, como detalhado no tópico "Análise de contexto". Um fator adicional que colaborou para a morosidade no avanço foi as férias de um dos operadores de escâner e, também, a digitalização de documentos de outras procedências.

**Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)**

Para o próximo período, com o fim dos períodos de férias de operadores de escâner e arquivistas, a tendência é de retomada do ritmo de trabalho de digitalização e avanço lento e constante em direção ao topo da meta.

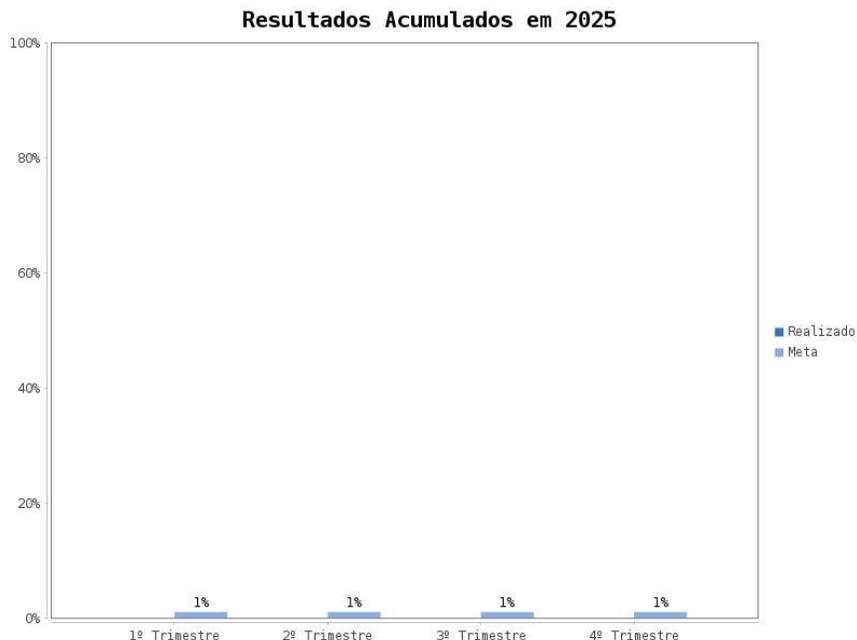
**Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas**

Aquisição de novos aparelhos de escâner com mais inovações tecnológicas para substituição dos equipamentos atuais que já apresentam sinais de grande desgaste. Registre-se que o processo SEI nº 2024.0.000010609-0, para aquisição de novos aparelhos, encontra-se com o termo de referência já elaborado.

**Riscos associados ao objetivo**

O principal risco associado ao objetivo é a possibilidade de cessão de operadores de scanner para outras unidades da Sede e a desmotivação com a remuneração, que acarreta em alta rotatividade no posto de trabalho. Importante ratificar da real possibilidade de quebra de um dos aparelhos de escâner a qual se espera eliminar com a aquisição de novos equipamentos.

**IE 38 - Índice de serviços críticos com gestão de risco de segurança da informação**  
**Desempenho do Período:**



**Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASINFO.**

**Análise de contexto**

Não houve alteração no que foi informado anteriormente. Ainda não há variáveis disponíveis.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Não houve alteração no que foi informado anteriormente. Ainda não há variáveis disponíveis.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Não houve alteração no que foi informado anteriormente. Ainda não há variáveis disponíveis.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Não houve alteração no que foi informado anteriormente. Ainda não há variáveis disponíveis.

Riscos associados ao objetivo

Não houve alteração no que foi informado anteriormente. Ainda não há variáveis disponíveis.

**OE 10 - Aprimorar a gestão de pessoas na era da transformação**  
**Satisfatório Desempenho do Período: 50,61%**



**Responsável: SGP.**

Análise de contextoNo primeiro trimestre de 2025, a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) do TRE-RJ obteve um desempenho considerado satisfatório no âmbito do Objetivo Estratégico OE10 – “Aprimorar a Gestão de Pessoas na Era da Transformação”. Este resultado decorre de uma série de iniciativas estratégicas implementadas, bem como de movimentações estruturais e operacionais que impactaram diretamente a dinâmica de trabalho e a efetividade dos processos de gestão de pessoas. Destacam-se, a seguir, os principais fatores que contextualizam esse cenário:

**Implementação do PIEGESP – Plano Integrado Estratégico de Gestão de Pessoas:** O início da execução do PIEGESP se consolidou como um dos principais avanços no período. O plano estabeleceu uma metodologia de monitoramento contínuo das ações estratégicas da SGP, abrangendo dimensões como gestão de riscos, automação de processos, indicadores estratégicos (IEs), compliance, exigências do TCU, prêmios institucionais e governança. Esse modelo tem promovido um alinhamento operacional entre coordenadorias e seções, possibilitando a geração de dados consistentes para acompanhamento, definição de metas, análise preditiva, realização de intervenções e revisões periódicas. Apesar de estarmos em fase inicial de adaptação, os resultados são promissores, especialmente pela evolução da gestão participativa e pelo engajamento crescente das unidades. Ressalta-se que, embora a aderência ao modelo tenha apresentado melhoria progressiva desde março, os efeitos concretos nos indicadores estratégicos tendem a se refletir de forma mais visível na segunda análise trimestral do ano.  
**Perspectiva de Reestruturação Organizacional da SGP:** A iminente reestruturação da SGP configura-se como um fator de grande impacto para o contexto atual e futuro da gestão de pessoas. A proposta de revisão da estrutura organizacional contempla uma transformação profunda nos fluxos de trabalho, nas entregas institucionais e nos próprios modelos operacionais da secretaria. A nova configuração organizacional visa fortalecer a profissionalização da gestão, adotando práticas mais modernas, eficientes e aderentes às diretrizes de transformação institucional. Naturalmente, esse processo demandará um período expressivo de adaptação. As previsões indicam que os efeitos positivos mais robustos dessa mudança deverão se consolidar ao longo do ciclo de 2025, especialmente após a superação das etapas iniciais de transição.  
**Impactos do Calendário de Eventos da SGP:** A implementação de um calendário institucionalizado de eventos trouxe ganhos relevantes no fortalecimento da imagem da SGP, na valorização das pessoas e na promoção de ações institucionais, como se observou, por exemplo, no êxito do evento Jubileu de Ouro. Contudo, essa nova dinâmica de produção de eventos gerou impactos operacionais significativos na rotina interna da secretaria, especialmente até o mês de março, como registrado nas medições do PIEGESP. Importa destacar que, embora tenha havido um reflexo inicial nos índices de desempenho, os dados preliminares posteriores já indicam uma tendência de estabilização e diluição desse impacto, cujos efeitos concretos poderão ser plenamente aferidos na consolidação dos dados do segundo trimestre de 2025.Em síntese, o cenário atual reflete uma fase de transformação intensa, marcada por avanços estruturantes, desafios operacionais temporários e perspectivas consistentes de amadurecimento institucional. A expectativa é de que, mantida a trajetória de evolução observada no primeiro trimestre, os resultados esperados no âmbito do OE10 se consolidem de forma mais expressiva nos ciclos subsequentes.

**Ações realizadas no último período e resultados obtidos**Cumprimento integral dos requisitos do Ranking da Transparência, com atualização de todos os anexos previstos na Resolução CNJ nº 102/2009, abrangendo dados de estrutura organizacional, composição remuneratória, Tabela de Lotação de Pessoal (TLP), servidores em teletrabalho, cedidos, requisitados e dados de folha de pagamento.Realização de eventos de qualidade de vida, incluindo Páscoa Solidária, ações de bem-estar físico e mental.Evolução na aderência ao PIEGESP, com atualização contínua dos dados no GERIR, contemplando indicadores como clima organizacional, gestão por competências, adesão ao PAC, ações de QVT, sustentabilidade, voluntariado e outros.Manutenção da qualidade dos dados do MPM

e do E-Social, 100% de adesão ao calendário institucional de eventos da SGP, com destaque para o evento TREKKER, o Jubileu de Ouro, e ações solidárias como a Páscoa Solidária (CSINT, CDESC e GABSGP).

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

O desempenho registrado até o primeiro trimestre de 2025 foi considerado satisfatório, refletindo a aderência crescente aos processos de governança, planejamento e gestão estratégica de pessoas. Contudo, os próximos seis meses impõem desafios relevantes, que exigirão alto grau de articulação, capacidade operacional e alinhamento institucional.

O cenário aponta para uma tendência de estabilidade, com viés de melhora, desde que os seguintes fatores críticos sejam bem geridos:

1. Implementação da Nova Estrutura da SGP (Desafio Crítico – Alto Peso) Trata-se do fator de maior impacto no desempenho do OE10. A reestruturação da SGP envolve revisão de fluxos, redistribuição de competências, redefinição de entregas e adaptação cultural nas unidades. A efetivação dessa mudança estrutural representa tanto um desafio operacional quanto uma oportunidade de elevar o patamar de profissionalização da gestão de pessoas. Ainda que as equipes sejam naturalmente comprometidas e preparadas, o impacto inicial poderá gerar oscilações pontuais no desempenho, porém, com perspectiva clara de melhora sustentável no médio prazo, desde que haja acompanhamento rigoroso do PIEGESP e dos indicadores do GERIR. 2. Cumprimento das Metas Estratégicas Vinculadas ao Prêmio CNJ de Qualidade (Desafio Estratégico – Alto Peso) O atendimento aos requisitos do Prêmio CNJ de Qualidade exige rigor no cumprimento dos quesitos relacionados à gestão de pessoas, transparência, governança, diversidade, acessibilidade e prevenção ao assédio. A pressão por cumprimento simultâneo dessas metas, em meio à reestruturação, torna-se um fator crítico de sucesso para qualquer equipe. Tendência: Mantida a trajetória atual, a tendência é de estabilidade com possibilidade de melhora, condicionada à manutenção da disciplina nos processos e à cooperação intersetorial, associado aos bons números de aderência estratégica das unidades da SGP. 3. Grandes Eventos Institucionais (Desafio Operacional – Médio Peso) O calendário do próximo período prevê a realização de eventos de grande porte e relevância institucional: Semana do Combate ao Assédio (Maio) Semana da Ética (Maio) Semana da Diversidade 2025 – QUEM SOMOS NÓS? (Junho) Desenvolve JE – Encontro Nacional das SGPs da Justiça Eleitoral (Junho) – este, com impacto grande, tanto pela visibilidade nacional quanto pela responsabilidade direta da SGP do TRE-RJ na condução. Esses eventos demandam intensa mobilização das equipes, além da articulação com diversas áreas do Tribunal e da Justiça Eleitoral nacional. Contudo as equipes desta secretaria vem desenvolvendo de forma rápida habilidades relacionadas a estas demandas, o que as capacita para os desafios iminentes. Embora representem desafios operacionais significativos, são também instrumentos estratégicos de fortalecimento institucional, valorização dos servidores.

Tendência Geral: Estabilidade com viés de melhora, condicionada à efetividade da implementação da reestruturação da SGP e ao cumprimento rigoroso dos indicadores do PIEGESP e das exigências do Prêmio CNJ de Qualidade.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Considerando o atual cenário de transformação institucional e os desafios mapeados, uma proposta que se mostra altamente recomendável para elevar o desempenho das ações da SGP é o fortalecimento dos mecanismos de gestão integrada e antecipação de riscos operacionais, especialmente durante o período de adaptação à nova estrutura. A adoção de um modelo mais robusto de salas de situação estratégicas, com reuniões periódicas entre as unidades-chave, permitirá acompanhar, em tempo real, os avanços, os pontos críticos e as necessidades de intervenção. Paralelamente, a intensificação do uso dos painéis analíticos do PIEGESP e do GERIR, com foco preditivo, poderá orientar decisões mais assertivas, prevenindo gargalos e reforçando a cultura de dados como elemento central da gestão. É igualmente fundamental que esse movimento conte com o patrocínio ativo das instâncias superiores do Tribunal, assegurando respaldo institucional, alinhamento estratégico e investimentos necessários para garantir que os avanços se sustentem frente às transformações tecnológicas e às demandas crescentes do serviço público nos próximos cinco anos.

Adicionalmente, sugere-se o investimento contínuo em capacitação interna direcionada para temas como gestão de mudanças, metodologias ágeis e inovação em serviços públicos, de modo a preparar as equipes para operar com maior fluidez diante dos novos processos. A criação de células de suporte à implementação da nova estrutura, compostas por servidores das próprias unidades, pode acelerar a curva de aprendizagem, garantir alinhamento entre os setores e mitigar resistências naturais às transformações. Combinado a isso, o comprometimento das lideranças institucionais como patrocinadoras dessas mudanças se faz indispensável, não apenas para assegurar a efetividade das entregas no curto prazo, mas, sobretudo, para posicionar a SGP e o próprio TRE-RJ como referência em gestão pública inovadora, resiliente e preparada para os desafios que o mundo do trabalho e a administração pública exigirão na próxima década.

#### Riscos associados ao objetivo

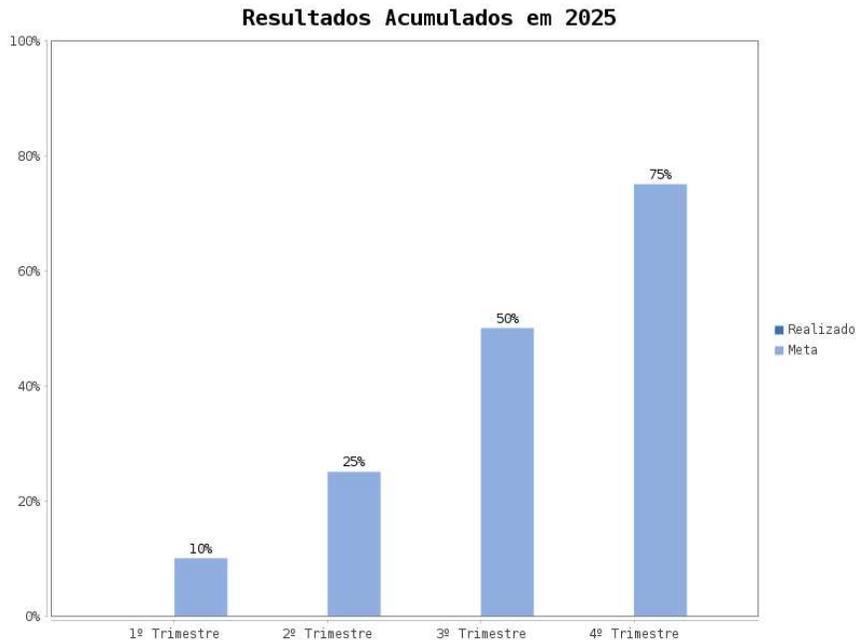
Diante do cenário de intensa transformação que se projeta para os próximos meses, é inevitável reconhecer a existência de riscos operacionais, institucionais e humanos associados à implementação da nova estrutura da SGP, bem como à condução simultânea de grandes entregas estratégicas, como o cumprimento dos requisitos do Prêmio CNJ de Qualidade e a realização dos eventos institucionais de alto impacto. Entre os principais riscos, destacam-se a sobrecarga das equipes, a possibilidade de desalinhamento temporário nos fluxos de trabalho durante o período de transição, bem como eventuais dificuldades na gestão da mudança cultural que naturalmente acompanha processos de reestruturação organizacional. Soma-se a isso o desafio de assegurar a manutenção da qualidade das entregas, da precisão dos dados estratégicos e da aderência aos indicadores do PIEGESP e do GERIR, em um ambiente marcado por forte pressão por resultados e prazos.

Por outro lado, é importante destacar que tais riscos, embora reais, são absolutamente administráveis quando enfrentados com planejamento rigoroso, gestão participativa e comunicação institucional transparente. O próprio histórico recente da SGP demonstra alta capacidade de adaptação, resiliência e compromisso coletivo com a excelência. A atuação coordenada das unidades, o amadurecimento do modelo de governança por meio do PIEGESP e o engajamento crescente das equipes são elementos que fortalecem a expectativa de

que os desafios serão superados de forma consistente. Mais do que ameaças, esses riscos se configuram como oportunidades para consolidar uma cultura organizacional mais moderna, colaborativa e alinhada às melhores práticas da administração pública, permitindo que, ao final deste ciclo, a SGP do TRE-RJ se apresente ainda mais preparada, eficiente e reconhecida institucionalmente.

**IE 42 - Taxa de aderência ao PAC**

**Desempenho do Período:**



**Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CDESC.**

**Análise de contexto**

O Plano Anual de Capacitação ainda não foi aprovado, Diferente de outros anos, o levantamento de necessidades de capacitação foi aberto para os Cartórios Eleitorais, além das unidades da SEDE.

A adequação dos pedidos dos cursos ao orçamento disponível dependia de participação da Administração Superior, considerando a necessidade de priorização dos cursos solicitados, o que só ocorreu no dia 13 de março de 2025.

A reunião para aprovação do PAC está marcada para o dia 25 de abril de 2025.

**Ações realizadas no último período e resultados obtidos**

Cursos realizados previstos extra PAC:

Jan

- Programa de Prevenção de Assédio - Comissão

Março

- Management 3.0 Foundation
- Auditoria de critérios ESG

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A reunião para aprovação do PAC 2025 está prevista para o dia 25 de abril de 2025.

A aderência do PAC precisa ser aprimorada em conjunto com as unidades demandantes.

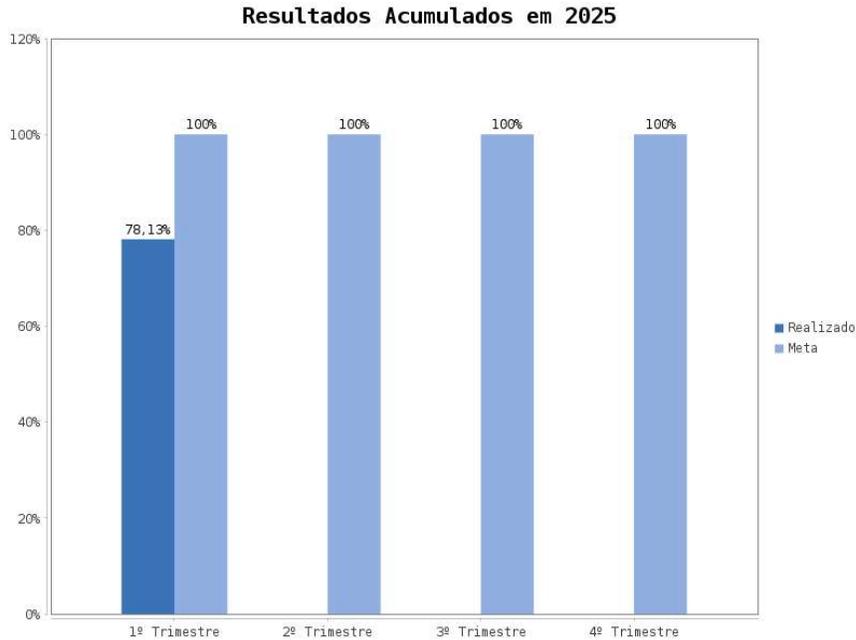
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Elaboração de calendário para a execução e acompanhamento das capacitações, a fim de melhorar a aderência das ações previstas, em conjunto com as unidades demandantes, a fim de melhorar o desempenho da aderência do PAC.

Riscos associados ao objetivo

Elaboração do Plano Estratégico do TRE que, a exemplo da construção do último, que exigiu várias reuniões de diversos servidores, o que pode diminuir a realização de capacitações no período.

**OE 11 - Aprimorar a gestão orçamentária e financeira**  
**Satisfatório Desempenho do Período: 78,13%**



**Responsável: SOF.**

Análise de contexto O Objetivo Estratégico 11 é composto pelos seguintes indicadores estratégicos: IE 46 - Taxa da Execução Planejada de Orçamento de Despesas Discricionárias, IE 47 - Taxa de execução do orçamento de despesas discricionárias e IE 49 - Taxa de pagamento de empenho.

Em específico, o OE 11, no primeiro trimestre de 2025, apresentou resultado SATISFATÓRIO - 78,13%, haja vista o desempenho dos respectivos indicadores que o integram: IE 46 – 34,40%; IE 47 – 145,76% e IE 49 – 431,07%, em relação à meta fixada. Em face da demora da publicação da Lei Orçamentária Anual - LOA (Lei 15.121/2025), que se deu no dia 10 do corrente mês, após, portanto, o período abrangido por esta análise, houve distorção em dois dos três indicadores, conforme a seguir demonstrado:

IE 46. A execução planejada do orçamento de despesas discricionárias no primeiro trimestre do exercício de 2025 registrou uma taxa de 20,64%, alcançando 34,40% da meta inicialmente proposta, que é de 60%, alcançando resultado “insatisfatório”. A Dotação orçamentária disponibilizada no referido período ocorreu mediante duodécimos e somente para as despesas de custeio, por força da Lei de Diretrizes Orçamentárias, até que a Lei Orçamentária Anual fosse publicada. Assim, a execução planejada do orçamento de despesas discricionárias no primeiro trimestre restou prejudicada, pois, através dos duodécimos, somente as despesas de custeio necessárias ao funcionamento do órgão foram atendidas, ou seja, algumas despesas de custeio e as de capital não puderam ser empenhadas, por falta de dotação orçamentária, comprometendo o desempenho do referido índice. O atraso na aprovação do orçamento 2025 afetou o numerador da equação. À título de exemplo, se tomássemos como parâmetro a execução do orçamento até a data de 28/04/2025 (após a publicação da LOA), ao invés de 31/03/2025, o referido indicador atingiria aproximadamente 58,36%, o que representa 97,27% da meta estabelecida (60%).

IE 47. A execução orçamentária das despesas discricionárias no primeiro trimestre de 2025 registrou uma taxa de 87,46%, ou seja, 145,76% da meta inicialmente proposta de 60%, alcançando resultado “ótimo”.

IE 49. Foi apurado resultado igualmente "ótimo" para o presente indicador, que mede a Taxa de pagamento de empenho, no primeiro trimestre de 2025, atingindo o percentual de 43,11%. A meta estipulada, de 10%, foi ultrapassada, alcançando 431,07%. A Dotação orçamentária disponibilizada em duodécimos, no primeiro trimestre de 2025, também distorceu este dado, pois o resultado não levou em consideração o valor total dos empenhos do orçamento discricionário do exercício. À título de exemplo, levando em consideração o total empenhado do orçamento discricionário do primeiro trimestre do exercício de 2024 (R\$ 48.627.412,62) e o valor dos empenhos pagos referente ao primeiro trimestre de 2025, também do orçamento discricionário (R\$ 6.808.322,11), teríamos uma taxa de 14%, ou 140% de meta inicialmente estipulada (10%). Ou seja, os valores pagos (despesas correntes mais despesas de capital) referem-se apenas ao acumulado no primeiro trimestre de 2025 em comparação ao correspondente nível acumulado de despesas empenhadas no mesmo período, quanto o correto seria comparar com as despesas de todo o exercício. Assim, a expressividade do índice decorre da dinâmica de aprovação do orçamento 2025, requerendo a execução de despesas pelos seus duodécimos e afetando o denominador da equação.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Abertura do processo 2025.0.000012930-5 a fim de aprimorar o acompanhamento orçamentário e financeiro do TRE-RJ, bem como visando a cumprir os ditames da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que estabelece a execução obrigatória das despesas primárias discricionárias.

Reuniões semanais com os Gestores, sob a coordenação da Diretoria-Geral, para acompanhamento da execução do orçamento planejado bem como o acompanhamento da execução financeira.

Monitoramento dos contratos a fim de que as sobras orçamentárias sejam identificadas de forma ágil, com o objetivo de aproveitar tais recursos para aquisição de bens ou serviços, em tempo hábil, na forma proposta pela IN DG nº 01/2023.

A disponibilização do orçamento em duodécimos, somente para custeio, posterga as iniciativas de execução de investimentos.

Resultado afetado pelo ciclo orçamentário/2025

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Espera-se uma melhora no processo orçamentário do Tribunal, tornando-o mais transparente e eficiente, em face das ações acima consignadas.

Espera-se, de forma geral, a estabilidade nos níveis periódicos de pagamentos, considerando as características próprias do ciclo orçamentário público.

IEs 46 e 47. Promover a continuidade no aprimoramento da execução orçamentária, mediante ações alternativas em conjunto com as unidades gestoras, impulsionando seus resultados.

IE 49. Os principais desafios dizem respeito à capacidade de resposta/adaptação a possíveis mudanças de cenário econômico, bem como a verificação e correção de possíveis gargalos na execução das despesas de capital e materiais de consumo, dentre esses, a busca pela celeridade no procedimento de instrução de novas contratações.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Manter a realização de reuniões periódicas com os Gestores para acompanhamento da execução do orçamento planejado.

Reafirmar junto aos Gestores os conceitos e procedimentos necessários para execução do orçamento impositivo.

Conferir especial atenção na efetiva identificação, de forma cristalina, das iniciativas estratégicas a serem concretizadas.

Aprimorar os processos de planejamento orçamentário para as iniciativas estratégicas que venham a constar do portfólio de projetos do TRE-RJ, com a finalidade de se obter uma execução mais efetiva nesse aspecto.

Intensificar junto às unidades gestoras responsáveis o monitoramento dos contratos a fim de que as sobras orçamentárias sejam identificadas de forma tempestiva, com o objetivo de aproveitar tais recursos para aquisição de bens ou serviços, em tempo hábil, na forma proposta pela IN DG nº 01/2023.

IEs 46 e 47. Constante acompanhamento da qualidade das informações disponibilizadas aos Gestores, no intuito de propiciar melhor análise e tomada de decisão.

IE 49. Acompanhamento dos níveis de execuções contratuais e implementação de melhorias no ciclo de pagamentos, em especial, atinentes a despesas de capital (investimentos) e materiais de consumo. Estimular a busca de soluções e procedimentos que favoreçam a celeridade nos procedimentos de instrução de novas contratações, de forma a ampliar a possibilidade de entrega do objeto e de liquidação das respectivas despesas no corrente exercício.

Riscos associados ao objetivo As ações e despesas não planejadas e/ou orçadas em valores discrepantes, acarretam solicitações de créditos e/ou remanejamentos orçamentários desnecessários, com potencial prejuízo da aderência às despesas agregadas, afetando o desempenho do OE ora analisado.

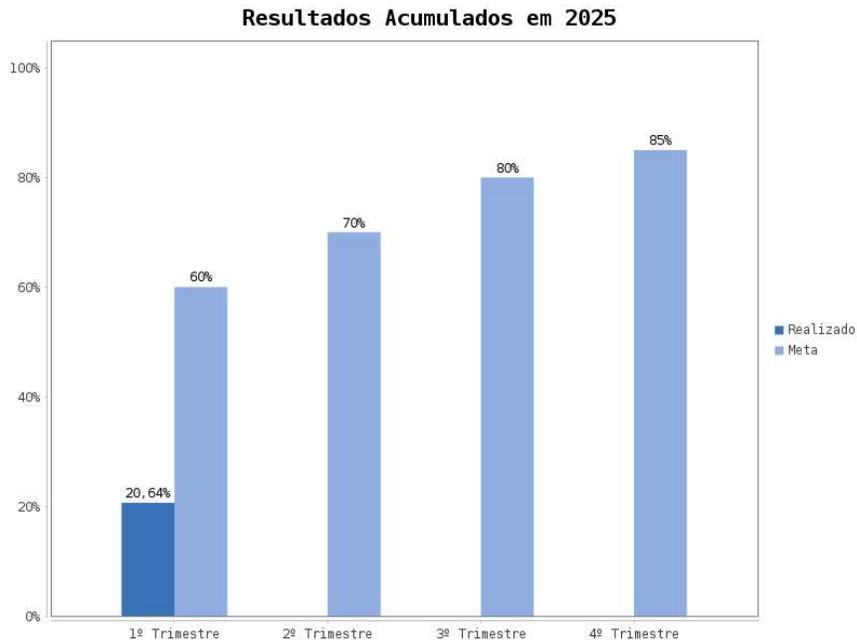
IEs 46 e 47. Planejamento e execução da despesa devem estar estritamente relacionados e em conformidade, caso contrário, corre-se o risco de perda de recursos orçamentários, que podem afetar significativamente o desempenho do indicador estratégico.

IE 49. Além das oscilações de ordem econômica e seus potenciais impactos na condução da gestão orçamentário-financeira pública, as despesas de capital podem impactar negativamente o nível de pagamentos, razão pela qual a Administração deve se manter atenta, envidando esforços para o pagamento das despesas dentro do exercício financeiro.

A demora da publicação da LOA pode afetar o ciclo orçamentário, sobretudo nos primeiros meses, como ocorreu no presente ano, tendendo a serem equalizadas no decorrer do exercício.

## IE 46 - Taxa da Execução Planejada de Orçamento de Despesas Discricionárias

### Desempenho do Período: 34,40%



**Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEORÇA.**

#### Análise de contexto

Dotação orçamentária disponibilizada em duodécimos, no primeiro trimestre de 2025, somente para as despesas de custeio, por força da Lei de Diretrizes Orçamentárias, até que a Lei Orçamentária Anual seja sancionada e publicada. A execução planejada do orçamento de despesas discricionárias no primeiro trimestre, restou prejudicada, uma vez que os recursos foram disponibilizados em duodécimos apenas para as despesas de custeio inicialmente planejadas, registrando uma taxa de 20,64%, ou seja, 34,40% da meta inicialmente proposta, obtendo um desempenho insatisfatório.

#### Ações realizadas no último período e resultados obtidos

A disponibilização do orçamento em duodécimos, somente para custeio, posterga as iniciativas de execução de investimentos. Ainda não foi divulgado o calendário para solicitação de créditos adicionais.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Promover a continuidade no aprimoramento da execução do orçamento planejado, mediante ações alternativas em conjunto com as unidades gestoras, impulsionando seus resultados.

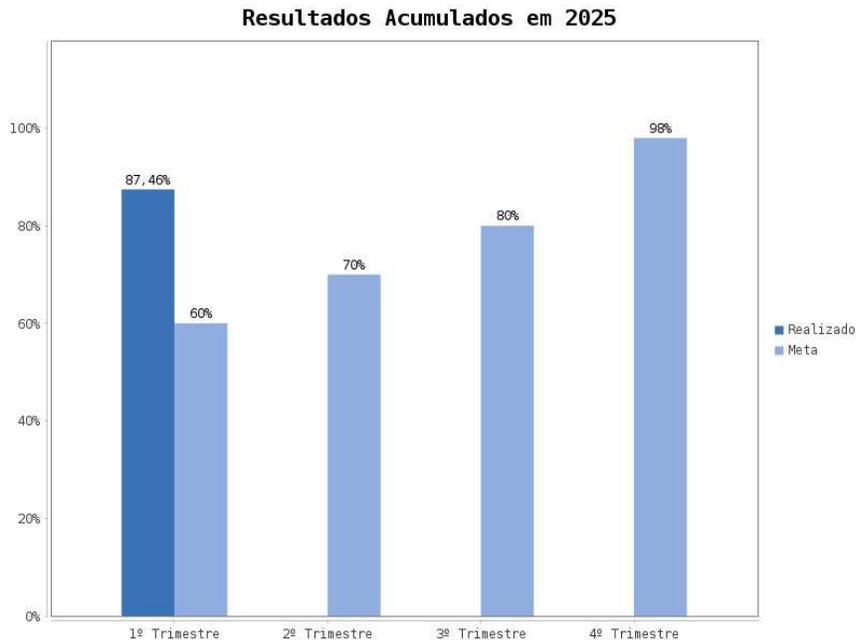
#### Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Constante acompanhamento da qualidade das informações disponibilizadas aos Gestores, no intuito de propiciar melhor análise e tomada de decisão.

#### Riscos associados ao objetivo

Há de se ressaltar que ações e despesas não planejadas e/ou orçadas em valores discrepantes, acarretarão em solicitações de créditos e/ou remanejamentos orçamentários que terão potencial prejuízo da aderência às despesas agregadas, traduzindo em desempenho insatisfatório do indicador.

**IE 47 - Taxa de execução do orçamento de despesas discricionárias**  
**Desempenho do Período: 145,76%**



**Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEORÇA.**

**Análise de contexto**

Dotação orçamentária disponibilizada em duodécimos, no primeiro trimestre de 2025, somente para as despesas de custeio, por força da Lei de Diretrizes Orçamentárias, até que a Lei Orçamentária Anual seja sancionada e publicada. A execução orçamentária das despesas discricionárias no primeiro trimestre registrou uma taxa de 87,46%, ou seja, 145,76% da meta inicialmente proposta, obtendo um ótimo desempenho.

**Ações realizadas no último período e resultados obtidos**

A execução do orçamento discricionário para o primeiro trimestre, de certa forma, restou “engessado”, pouco flexível, uma vez que os recursos foram disponibilizados em duodécimos apenas para as despesas de custeio inicialmente planejadas. Ainda não foi divulgado o calendário para solicitação de créditos adicionais.

**Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)**

Promover a continuidade no aprimoramento da execução orçamentária mediante ações alternativas em conjunto com as unidades gestoras, impulsionando seus resultados.

**Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas**

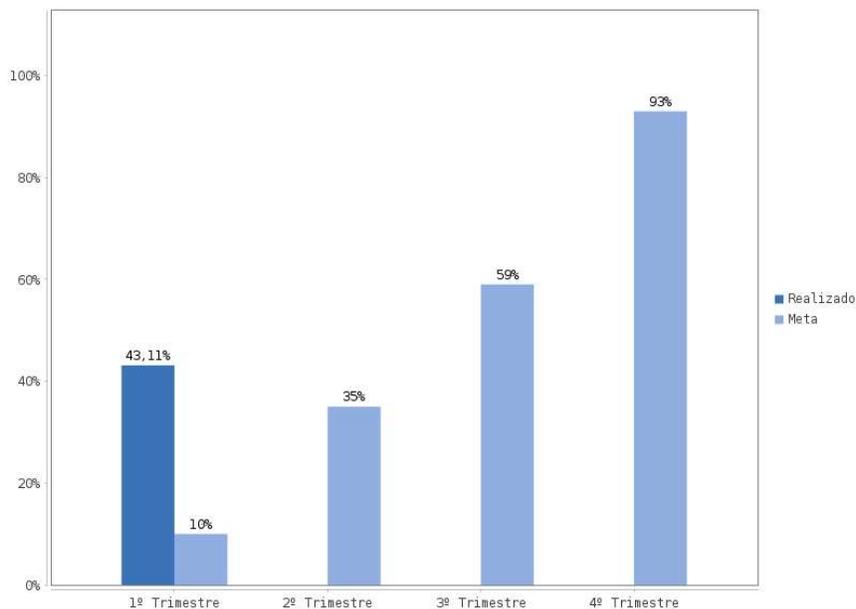
Constante acompanhamento da qualidade das informações disponibilizadas aos Gestores, no intuito de propiciar melhor análise e tomada de decisão.

**Riscos associados ao objetivo**

Planejamento e execução da despesa devem estar estritamente relacionados e em conformidade, caso contrário, corre-se o risco de perda de recursos orçamentários, que podem afetar significativamente o desempenho do indicador estratégico.

**IE 49 - Taxa de pagamento de empenho**  
**Desempenho do Período: 431,07%**

**Resultados Acumulados em 2025**



**Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEPROG.**

**Análise de contexto**

Os valores pagos (despesas correntes mais despesas de capital) referem-se ao acumulado no primeiro trimestre de 2025 em comparação ao correspondente nível acumulado de despesas empenhadas no mesmo período.

O percentual apurado mostrou um percentual de alcance da meta em 431,07%. A meta estabelecida foi 10%.

Entretanto, a expressividade do índice decorre da dinâmica de aprovação do orçamento 2025, requerendo a execução de despesas pelos seus duodécimos e afetando o denominador da equação.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Resultado afetado pelo ciclo orçamentário/2025.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Espera-se, de forma geral, a estabilidade nos níveis periódicos de pagamentos, considerando as características próprias do ciclo orçamentário público.

Os principais desafios dizem respeito à capacidade de resposta/adaptação a possíveis mudanças de cenário econômico, bem como a verificação de possíveis gargalos na execução das despesas.

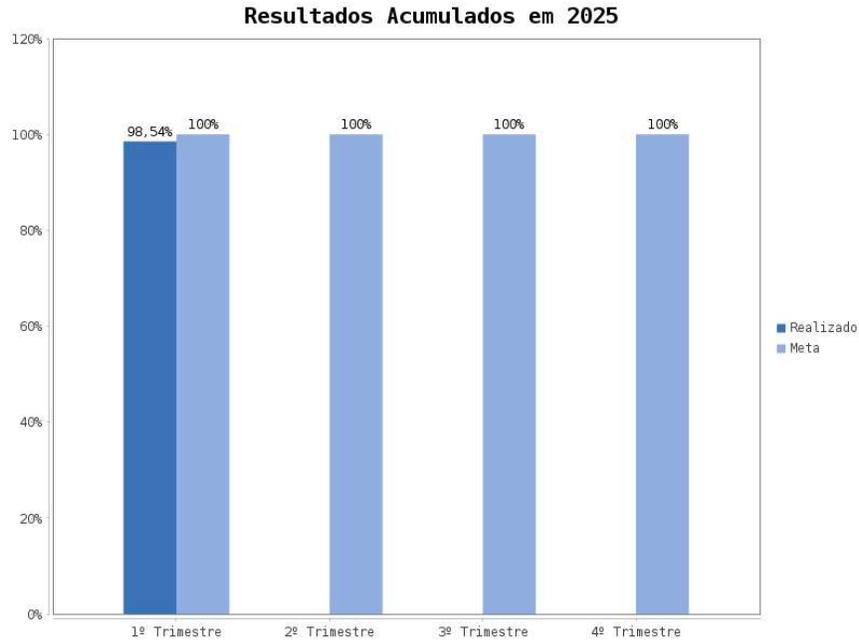
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Continuidade ao acompanhamento dos níveis financeiros de execuções contratuais para otimizar o ciclo de pagamentos.

Riscos associados ao objetivo

Oscilações de ordem econômica e seus potenciais impactos na gestão orçamentário-financeira pública e o nível de execução das despesas de capital.

**OE 12 - Promover a transformação digital**  
**Desempenho do Período: 98,54%**



**Responsável: STI.**

Análise de contexto Fechado sem análise.

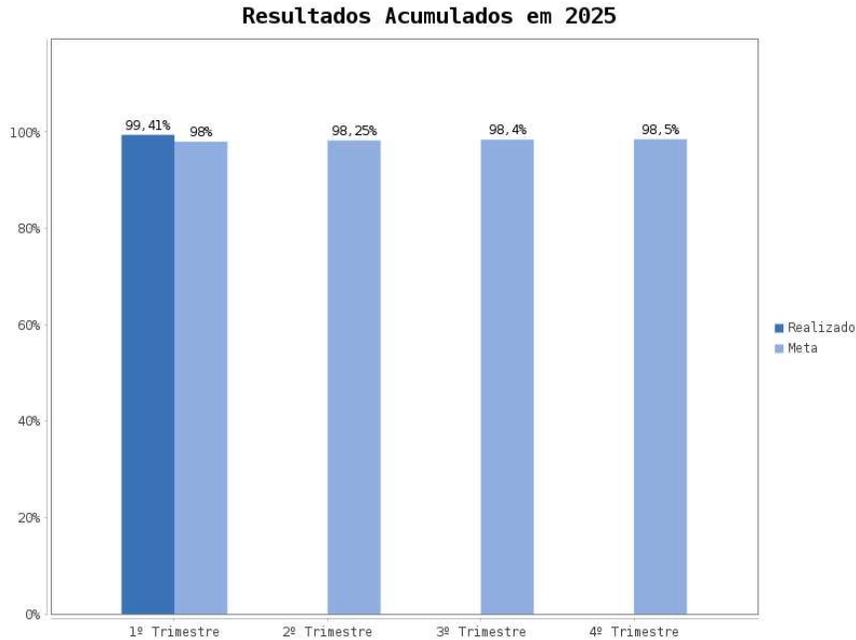
Ações realizadas no último período e resultados obtidos Fechado sem análise.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Fechado sem análise.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Fechado sem análise.

Riscos associados ao objetivo Fechado sem análise.

**IE 50 - Taxa de disponibilidade dos serviços essenciais de TIC**  
**Desempenho do Período: 101,44%**



**Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COINF.**

**Análise de contexto**

O Objetivo Estratégico no geral manteve o desempenho ótimo no 1º trimestre. Todas as variáveis ficaram acima de 98%. Nos serviços de rede foi monitorada a disponibilidade dos circuitos das unidades judiciárias da capital, interior, sede e núcleos administrativos. Já não contamos com os links de internet backup para os cartórios da capital, foram considerados apenas os circuitos de dados MPLS da OI. Nos serviços essenciais foi monitorada a disponibilidade do Google Workspace, SEI, Intranet e o acesso à Internet. Nos sistemas críticos foram monitorados: Portal do Servidor, Agendamento Biometria, Ouvidoria, Solicitação de chamados pela Central de Serviços de TI, CONSEG, Balcão Virtual e Sigma-Web

**Ações realizadas no último período e resultados obtidos**

A instalação dos novos equipamentos de Firewall foi finalizada. O software VMware Vsphere foi recebido e instalado. A instalação do novo link de Internet foi finalizada. Aguardando a instalação do segundo link pela operadora Vivo/Telefônica. Foi entregue o segundo equipamento de banco de dados novo que irá substituir o de homologação atual. A instalação foi iniciada. Foi necessário prorrogar por mais quatro meses o contrato de Manutenção do Datacenter.

**Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)**

Levando em consideração os últimos trimestres, a tendência de desempenho do indicador nos próximos 6 meses é de leve queda, tendo em vista a implantação da nova solução de backbone que abrange o serviço de comunicação entre a SEDE e as unidades administrativas e judiciárias, assim como a transferência das unidades localizadas no prédio da Presidente Wilson para o prédio Sulacap na rua da Alfândega. Essas demandas exigirão considerável parcela de recursos de processamento da nossa infraestrutura de TIC e de pessoal, podendo comprometer a curto e médio prazo o suporte, a disponibilidade e performance dos serviços. As principais demandas estão relacionadas a implantação da nova solução de backbone, a uma possível ocupação de um novo prédio e a instalação do novo banco de dados. Será necessário priorizar e alocar pessoal de TIC para que essas atividades finalizem nos prazos desejados pela Administração. Retomar às atividades de planejamento relativas à unificação de domínios (ZE's e SEDE). Finalizar a contratação do novo backbone secundário, que segue em andamento através do processo SEI nº 2023.0.000033549-2, com licitação marcada para 14/04/2025. Dar continuidade ao planejamento da contratação da Manutenção do Data Center, que segue em andamento através do processo SEI nº 2024.0.000007855-0. Priorização do REDESTI de desenvolvimento de solução própria para substituir a solução 4Biz, utilizada para abertura de chamados de TIC, em andamento através do processo SEI nº 2024.0.000024297-0.

**Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas**

O pedido para viabilizar a recomposição do quadro de servidores da SEREDE através de conversão de cargos (SEI nº 2022.0.000045227-1) não foi deferido. A SEREDE continua com um quadro deficitário de servidores, levando-se em consideração a gama de atividades e contratos sob sua responsabilidade. O único caminho viável que se apresenta é o da terceirização, com a migração das atividades de suporte que atualmente são realizadas pela unidade. O contrato vigente de Suporte de Infraestrutura que acabará em janeiro de 2026 precisará ser redimensionado. Essa necessidade surge em virtude do aumento de demandas, incluindo, entre outras, aquelas relacionadas ao serviço de Justiça Itinerante. O planejamento para uma nova contratação será iniciado no segundo trimestre deste ano. O contrato vigente de VOIP que acabará em setembro de 2026 precisará ser redimensionado. Essa necessidade surge em virtude da estimativa da quantidades de ramais por unidade realizada no contrato atual, que não considerou a quantidade de extensões existentes. Como resultado, temos recebido muitas solicitações de aumento no número de ramais por unidade. O planejamento para uma nova

contratação está previsto para começar no terceiro trimestre deste ano. Há previsão de uma nova mudança de prédio, apoio nos eventos de Justiça Itinerante, a instalação e configuração das novas soluções/equipamentos contratados, além do planejamento de contratações críticas de VOIP, Suporte de Infraestrutura e NDR, seguidas das respectivas implantações e configurações. Precisaremos da compreensão e apoio da Administração para a devida priorização dessas atividades. Precisaremos de fôlego em nosso orçamento de 2026 para melhorarmos os contratos de serviços continuados como o Suporte de Infraestrutura e da Solução VOIP.

#### Riscos associados ao objetivo

Enquanto não conseguirmos unificar os domínios (SEDE e ZE's), teremos dificuldades em implantar e disponibilizar serviços de segurança e políticas de domínio em nosso ambiente operacional, dificultando um controle mais ágil e eficiente das contas de usuário e contas de computador. Enquanto não atualizarmos os equipamentos servidores de Banco de Dados, estaremos sujeitos à indisponibilidades e perda de performance dos serviços e sistemas que contam com essa infraestrutura. Enquanto não finalizarmos a aquisição do Backbone secundário, os cartórios permanecerão sem link backup e com rede wi-fi limitadas. Enquanto não realizarmos um redimensionamento na contratação de Suporte de Infraestrutura através de uma nova contratação de forma a atender as necessidades do Tribunal, o serviço de suporte técnico ficará muito limitado. Essa limitação poderá impactar a realização de eventos, manutenções e instalações de infraestrutura do Tribunal. Enquanto não realizarmos um redimensionamento na contratação de solução VOIP através de uma nova contratação de forma a atender as necessidades do Tribunal, a disponibilização de ramais novos por unidade continuará limitada.